

A decorative graphic element consisting of a blue watercolor splash or ink blot, located in the bottom right corner of the page. The splash is irregular in shape, with darker blue areas and lighter, more diffused edges, creating a textured, artistic effect.

I Relatório de Gestão

ÍNDICE

1 - Enquadramento	3
2 - Metodologia	4
3 - A Atividade Municipal em 2025 e perspetivas futuras	6
4 – Execução Orçamental	8
4.1 - Introdução.....	8
4.2 – Execução Orçamental.....	9
4.3 – Evolução Agregada da Receita e da Despesa	10
4.4 – Estrutura e Evolução da Receita.....	12
4.5 – Estrutura e Evolução da Despesa	17
4.6 – Estrutura e Evolução das Grandes Opções do Plano (GOP).....	22
4.7 – Execução do Plano de Atividades Municipal (PAM).....	23
4.8 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	24
5 – Evolução da situação patrimonial, financeira e económica	25
5.1 – Balanço	25
5.2 – Demonstração de Resultados	28
5.3 – Demonstração das Alterações no Património Líquido.....	30
5.4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	31
5.5 – Contabilidade de Gestão	32
5.6 – Dívida do Município	34
6 – Indicadores de Gestão	37
6.1 - Indicadores de natureza orçamental	37
6.2 - Indicadores de natureza financeira.....	39
7 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	40
8 – Factos relevantes verificados após o encerramento do exercício	42
9 – Proposta de Aplicação dos Resultados	43

1 - Enquadramento

Nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, é competência da Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal, em conformidade com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do mesmo diploma legal.

Importa referir que as Contas são prestadas tendo como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, cuja entrada em vigor nas Autarquias Locais ocorreu em 01/01/2020.

Um dos documentos de prestação de contas é o **Relatório de Gestão** que na vigência do SNC-AP traz uma nova visão que integra, para além do cumprimento legal, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível internacional. O foco está cada vez mais no reporte de informação útil (financeira e não financeira), que reflita, de forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades públicas.

Tal informação destina-se não só à apreciação do órgão deliberativo, fiscalizador da atividade municipal, e ao julgamento do Tribunal de Contas, mas também a terceiros tais como fornecedores, entidades bancárias e cidadãos em geral, a fim de avaliarem a atividade desenvolvida e o seu impacto no desenvolvimento económico e social do concelho. Nesta conformidade, cabe à Assembleia Municipal apreciar os documentos de prestação de contas individuais na sua sessão ordinária de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, de acordo com o n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013 e com o n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (na sua atual redação), que estabelece o regime financeiro das autarquias locais.

Posteriormente, o Município remeterá à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) e ao Tribunal de Contas os documentos de prestação de contas, e disponibilizá-los-á no seu sítio eletrónico.

Refira-se que o Município de Odemira não apresenta contas consolidadas uma vez que não se encontra em nenhuma das situações previstas no art.º 75.º do regime financeiro das autarquias locais.

2 - Metodologia

Conforme disposto no SNC-AP, o sistema contabilístico das Administrações Públicas passou a contemplar os subsistemas de contabilidade orçamental, contabilidade financeira e contabilidade de gestão.

O SNC -AP assenta, nomeadamente:

- Numa estrutura conceptual da informação financeira pública;
- Em normas de contabilidade pública convergentes com as IPSAS (*International Public Sector Accounting Standards*);
- Em modelos de demonstrações financeiras;
- Numa norma relativa à contabilidade orçamental;
- Num plano de contas multidimensional;
- Numa norma de contabilidade de gestão.

Assim, a **Prestação de Contas** para além de integrar o **Relatório de Gestão**, apresentado no volume I, é composta por **demonstrações orçamentais e financeiras de relato** que transmitem a imagem da Autarquia no final do exercício, bem como, por **outros documentos e mapas que se destinam à análise do Tribunal de Contas**, apresentados no volume IV.

As **Demonstrações Orçamentais** que decorrem do disposto no subsistema de contabilidade orçamental apresentam informação, designadamente, sobre dotações, alterações orçamentais, cabimentos, compromissos, obrigações, pagamentos, liquidações e recebimentos. São apresentadas no volume II e consistem em:

- Mapas de Demonstrações Orçamentais:
 - Demonstração de desempenho orçamental;
 - Demonstração de execução orçamental da receita;
 - Demonstração de execução orçamental da despesa;
 - Demonstração de execução das Grandes Opções do Plano (GOP);
 - Demonstração de execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
 - Demonstração de execução do Plano de Atividades Municipal (PAM).
- Anexo às Demonstrações Orçamentais que inclui:
 - Alterações Orçamentais da Receita;
 - Alterações Orçamentais da Despesa;
 - Alterações às Grandes Opções do Plano (GOP);
 - Alterações Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
 - Alterações ao Plano de Atividades Municipal (PAM);
 - Operações de Tesouraria;
 - Situação dos Contratos;
 - Adjudicações por tipo de procedimento;
 - Transferências e Subsídios concedidos;
 - Transferências e Subsídios recebidos;
 - Dívidas a Terceiros por Antiguidade de Saldos;
 - Encargos Contratuais.

As **Demonstrações Financeiras** que decorrem do disposto no subsistema de contabilidade financeira proporcionam informação sobre os recursos, obrigações, gastos suportados e rendimentos obtidos à data de relato, bem como, sobre os fluxos de recursos entre datas de relato. São apresentadas no volume III e consistem em:

- Mapas de Demonstrações Financeiras:
 - Balanço;
 - Demonstração dos resultados por natureza;
 - Demonstração das alterações no património líquido;
 - Demonstração de fluxos de caixa.
- Anexo às Demonstrações Financeiras, que pretende fornecer informação relativa às políticas contabilísticas significativas, bem como, outras notas explicativas que se julguem oportunas.

O **subsistema de contabilidade de gestão** que se destina a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, permite a avaliação do resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos, bem como, a satisfação de uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões. A informação pode ser analisada através do:

- Mapa de contabilidade de gestão apresentado no ponto 5.5 do presente Relatório de Gestão que demonstra:
 - Apuramento de rendimentos, gastos e resultados por funções.

Dando cumprimento ao disposto no n.º 3 do art.º 76.º do regime financeiro das autarquias locais (na sua atual redação), é apresentado, no Volume V, documento elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, nomeada pela Assembleia Municipal, que contém a **Certificação Legal de Contas** e o **Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas**, nos termos previstos no art.º 77.º daquele normativo.

Relativamente à atividade desenvolvida pela autarquia, foram obtidos os dados necessários com o contributo de todos os serviços, sendo de realçar que as unidades orgânicas do Município produzem relatórios trimestrais de atividade.

3 - A Atividade Municipal em 2025 e perspetivas futuras

As contas que aqui apresentamos representam, grosso modo, o encerramento do mandato anterior (2021/2025). Um mandato onde, estruturalmente, o valor orçamental da Câmara Municipal de Odemira, tal como a sua capacidade de execução, mudou substancialmente. Este facto reforça a necessidade de consolidar uma estrutura de recursos humanos, uma estrutura orgânica e um modelo de governação hierárquico adequado a esta realidade.

Esse caminho, definido e consolidado no mandato anterior aponta duas dimensões de gestão. Uma dimensão mais ao nível dos processos onde o foco cada vez mais intenso na promoção da cooperação entre unidades orgânicas (articulação nos processos de aquisição de serviços comuns e no planeamento/execução articulada de eventos), a consolidação da contabilidade de gestão, a implementação de novos modelos de monitorização e avaliação da implementação de políticas e dos diferentes planos internos (Plano Plurianual de Investimentos (PPI)/Plano de Atividades Municipal (PAM)) e a renovação atempada do quadro de recursos humanos do Município se constituem como forma de consolidar o crescimento com o desenvolvimento adequado da capacidade de intervir do Município.

Outra dimensão da gestão é ao nível das opções de política onde a curva de crescimento das despesas com pessoal tende a diminuir, os valores de investimento total e por habitante tendem a aumentar, o valor de transferências para as freguesias deve manter uma tendência crescente e o saldo orçamental da gerência tende a diminuir até um valor próximo do equilíbrio, garantindo um caminho de qualidade das políticas públicas assente na proximidade (capacitando cada vez mais as Juntas de Freguesia para executarem) e na manutenção & beneficiação & valorização do património, infraestruturas e equipamentos em detrimento de um investimento em novos equipamentos e/ou infraestruturas. Este é o caminho que queremos continuar já no presente mandato.

Uma das primeiras evidências da aposta na dimensão dos processos, que importa assinalar dada a sua dimensão de inovação, é a distribuição do valor da execução orçamental pelos diferentes indicadores de desenvolvimento sustentável (ODS). Certos de que, tal como na contabilidade de gestão, ainda temos muitas questões a afinar e melhorar nestes processos o que importa é termos iniciado este caminho que nos permitirá medir, de forma muito mais clara, as eficiências de execução em cada domínio de intervenção do Município, bem como a dimensão do propósito da sua ação em termos de contributo para um território (e para um mundo) mais justo e mais sustentável.

Algumas das evidências das apostas definidas como opções de política estão plasmadas no valor de investimento total e por habitante que passou de 265,53€ em 2022 para 414,97€ em 2025, sendo que este indicador manteve, ao longo do mandato, um valor anual sempre crescente. Outra das apostas que apresentou um comportamento sempre crescente ao longo do mandato foram as transferências correntes para as Juntas de Freguesia que passaram de aproximadamente 1,7 M€, em 2022, para um valor anual de 2,6 M€ em 2025. Finalmente, na dimensão das opções, importa referir que apesar de uma pequena inflexão em 2025 onde o saldo orçamental de gerência passou de aproximadamente 4,7 M€ em 2024 para 5,6M€ em 2025, a tendência tem sido de aproximação ao equilíbrio considerando que no início do mandato anterior o valor referido era superior a 9 M€.

Em termos globais importa realçar a saúde financeira do município sublinhada pela capacidade de cumprir os compromissos com os seus fornecedores efetuando pagamentos em período inferior a 30 dias e tendo sido capaz de, ao longo do mandato, executar perto de 10 M€ em fundos comunitários (3,6 M€ só em 2025) o que significou um contributo relevante para o valor global de investimento no mandato (aproximadamente 40M€ em aquisição de bens de capital) e que confirma uma crescente capacidade de realizar investimento ao longo de todo o mandato (6,8 M€ em 2022 para 13,2 M€ em 2025 em aquisição de bens de capital).

Sendo um facto que 2025 significou um ano de uma dimensão de execução de investimento muito relevante, fruto da maturidade dos investimentos associados ao quadro comunitário PT2030, importa realçar o reforço da opção pelas despesas de conservação de bens que, tendo tido um comportamento estável ao longo do mandato (aproximadamente 1 M€ por ano) acabaram por duplicar para 2 M€ em 2025, permitindo assim um valor global acima dos 5 M€ de investimento na conservação de bens durante o mandato anterior. E esta é uma opção que pretendemos reforçar no presente mandato.

Outra das dimensões que importa aferir é a evolução da despesa com pessoal, considerando que esta é uma das dimensões mais relevantes na gestão da despesa corrente e que contribui na medida em que existem os recursos humanos disponíveis, de forma decisiva, para a capacidade de execução Municipal. É certo que o valor de despesa com recursos humanos aumentou de 12,7 M€, em 2022, para 17,5 M€ em 2025 e que os motivos desse aumento foram, todos os anos, justificados, mas o mais relevante é referir que essa curva de acréscimo de despesa tem vindo a diminuir desde 2023 onde passamos de acréscimos de 2 M€/ano para um último acréscimo de 1,3 M€ de despesas com pessoal, entre 2024 e 2025.

Se o ano de 2024 marcou o início de um novo ciclo de investimentos tendo por base as obras contratualizadas no âmbito do Alentejo 2030 (novo ciclo de fundos), o ano de 2025 correspondeu ao ano em que a execução, física e financeira, dessas obras atingiu um grau de maturidade médio a elevado o que se traduziu num acréscimo de despesa significativo e que se manterá, previsivelmente, durante os próximos anos.

O Programa de Governação “Odemira 21_25”, correspondente ao mandato que termina com o ano de execução de 2025, teve inúmeros desafios que passaram por: ultrapassar a fase mais complexa da pandemia de Covid-19 e contribuir para a recuperação económica e social do concelho, num cenário pós pandemia; alterar e consolidar uma nova estrutura da Câmara Municipal (dar início a uma nova cultura interna); e relançar dos investimentos públicos terminando os investimentos possíveis e acordados no PT2020, bem como lançar e adjudicar todas as obras relevantes do Programa de Governação “Odemira 21_25. O Programa de Governação “Odemira 25-29” começa em 2025, mesmo com impacto diminuto, e procura funcionar como uma continuidade nas dimensões referidas supra e na dinâmica crescente de investimento municipal na garantia de mais e melhor qualidade de vida para toda a população do concelho de Odemira, bem como, no garantir das melhores experiências para quem visita Odemira seja para trabalhar e/ou seja para visitar.

4 – Execução Orçamental

4.1 - Introdução

O SNC-AP veio introduzir novos conceitos e novas formas de relato.

Assim, na execução orçamental apresentada, as receitas e despesas com ativos e passivos financeiros surgem de forma autónoma para permitir obter e reportar valores relativos a agregados de receita e despesa efetiva e não efetiva, bem como, de despesa primária, que são apresentados em conjunto com os saldos respetivos para o período em análise e comparativamente ao período homólogo do ano anterior na Demonstração do Desempenho Orçamental.

É de referir que o SNC-AP alterou a forma de contabilização dos reembolsos e restituições do próprio ano que passaram a processar-se por anulação à receita e não por execução da despesa como acontecia no anterior regime contabilístico (POCAL). Como consequência, os montantes expressos na Demonstração de Desempenho Orçamental com implicação nos saldos de tesouraria referem-se à receita cobrada líquida.

Importa também referir que, no novo regime contabilístico, as taxas aplicadas a empresas deixaram de ser contabilizadas como impostos indiretos (como acontecia no POCAL) passando a ser contabilizadas como taxas.

4.2 – Execução Orçamental

O quadro seguinte apresenta um resumo da execução orçamental do ano de 2025, bem como, o seu grau de execução relativamente à previsão/dotação corrigida. Apresenta, ainda, a previsão/dotação inicial e o peso estrutural de cada tipologia de receita e despesa.

Execução Orçamental 2025	Previsão/Dotação Inicial	Previsão/Dotação Corrigida ^{*1}	Execução (valor) ^{*2}	Grau de Execução (%)	peso estrutural (%)
Receita Total	74 020 000,00 €	71 084 442,51 €	61 902 032,38 €	87,08%	100,00%
Receitas Correntes	46 410 000,00 €	45 451 000,00 €	43 549 978,30 €	95,82%	70,35%
Receitas de Capital	16 839 000,00 €	11 557 000,00 €	9 387 135,41 €	81,22%	15,16%
Receitas com Ativos e Passivos Financeiros	10 771 000,00 €	9 351 000,00 €	4 250 455,31 €	45,45%	6,87%
Outras Receitas	0,00 €	4 725 442,51 €	4 714 463,36 €	99,77%	7,62%
Despesa Total	74 020 000,00 €	71 084 442,51 €	56 335 355,00 €	79,25%	100,00%
Despesas Correntes	45 080 000,00 €	45 534 442,51 €	41 853 617,28 €	91,92%	74,29%
Despesas de Capital	27 828 000,00 €	24 438 000,00 €	14 053 473,18 €	57,51%	24,95%
Despesas com Ativos e Passivos Financeiros	1 112 000,00 €	1 112 000,00 €	428 264,54 €	38,51%	0,76%

*1: os valores da previsão corrigida e da execução das Outras Receitas incluem a incorporação do saldo da gerência anterior (4.678.442,51€).

*2: os valores constantes da execução da Receita referem-se à Receita Cobrada Líquida.

A análise do quadro permite constatar uma execução da receita de 87,08% relativamente à previsão corrigida e uma execução da despesa de 79,25% relativamente à dotação corrigida.

Ao nível da receita podemos observar uma execução de 95,82% das *receitas correntes*, de 81,22% das *receitas de capital* e de 99,77% das *outras receitas* (onde se inclui o saldo da gerência anterior). Constata-se ainda que, estruturalmente, as *receitas correntes* representam 70,35% da *receita total* arrecadada.

Ao nível da despesa podemos observar uma execução de 91,92% das *despesas correntes*, de 57,51% das *despesas de capital* e 38,51% das *despesas com ativos e passivos financeiros*. Constata-se ainda que, estruturalmente, as *despesas correntes* representam 74,29% da *despesa total* realizada.

4.3 – Evolução Agregada da Receita e da Despesa

Execução Orçamental comparativa	2022	2023	2024	2025	Δ (2025 / 2024)		Δ (2025 / média 2022 a 2024)	
Receita Total	38 826 493,98 €	42 881 222,74 €	48 032 310,86 €	57 223 589,87 €	9 191 279,01 €	19,14%	13 976 914,01 €	32,32%
Receitas Correntes	35 146 566,73 €	36 236 222,28 €	41 529 915,14 €	43 549 978,30 €	2 020 063,16 €	4,86%	5 912 410,25 €	15,71%
Receitas de Capital	3 602 906,80 €	6 628 186,31 €	6 478 038,35 €	9 387 135,41 €	2 909 097,06 €	44,91%	3 817 424,92 €	68,54%
Receitas com Ativos e Passivos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 250 455,31 €	4 250 455,31 €		4 250 455,31 €	
Outras receitas	77 020,45 €	16 814,15 €	24 357,37 €	36 020,85 €	11 663,48 €	47,88%	-3 376,47 €	-8,57%
Despesa Total	39 061 937,33 €	45 299 618,41 €	50 055 298,78 €	56 335 355,00 €	6 280 056,22 €	12,55%	11 529 736,83 €	25,73%
Despesas Correntes	29 313 030,58 €	33 938 681,38 €	38 462 750,39 €	41 853 617,28 €	3 390 866,89 €	8,82%	7 948 796,50 €	23,44%
Despesas de Capital	8 992 520,50 €	10 820 102,75 €	11 169 633,44 €	14 053 473,18 €	2 883 839,74 €	25,82%	3 726 054,28 €	36,08%
Despesas com Ativos e Passivos Financeiros	756 386,25 €	540 834,28 €	422 914,95 €	428 264,54 €	5 349,59 €	1,26%	-145 113,95 €	-25,31%

Nota 1: os valores constantes da Receita referem-se à receita cobrada líquida.

Nota 2: a execução das Outras Receitas não inclui a incorporação dos saldos de gestão de forma a não deturpar a análise comparativa.

A análise do quadro acima permite-nos verificar, em 2025, níveis de execução orçamental superiores ao ano transato.

Ao nível da receita, a comparação com a média dos 3 anos imediatamente anteriores (2024, 2023 e 2022) permite-nos aferir um aumento (32,32%), verificando-se um crescimento de arrecadação de *receita corrente* e *de capital* ao longo do quadriénio. O ano de 2025 apresenta, inclusivamente, a maior execução orçamental da *receita corrente* e da *receita de capital* dos anos elencados.

Ao nível da despesa, a comparação relativamente aos 3 anos anteriores permite-nos aferir um aumento (25,73%), verificando-se um crescimento de execução de *despesa corrente* e *de capital* ao longo do quadriénio. O ano de 2025 apresenta, inclusivamente, a maior execução orçamental da *despesa corrente* e da *despesa de capital* dos anos elencados. As *despesas com passivos financeiros* apresentam uma redução ao longo do quadriénio por força da amortização dos empréstimos de médio e longo prazo (mlp) contratados, apesar do ano de 2025 já começar a refletir o efeito da amortização dos empréstimos mlp contratados em 2024 e que começaram a ser utilizados e amortizados em 2025.

Agregados Orçamentais	2022	2023	2024	2025	Conceitos
Receita Total	38 826 493,98 €	42 881 222,74 €	48 032 310,86 €	57 223 589,87 €	corresponde ao somatório de: receita corrente; receita de capital; receita com ativos e passivos financeiros; outras receitas
Receita Não Efetiva	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 250 455,31 €	corresponde à receita resultante de ativos e passivos financeiros
Receita Efetiva	38 826 493,98 €	42 881 222,74 €	48 032 310,86 €	52 973 134,56 €	corresponde à receita total deduzida de ativos e passivos financeiros
Despesa Total	39 061 937,33 €	45 299 618,41 €	50 055 298,78 €	56 335 355,00 €	corresponde ao somatório de: despesa corrente; despesa de capital; despesas com ativos e passivos financeiros
Despesa Não Efetiva	756 386,25 €	540 834,28 €	422 914,95 €	428 264,54 €	corresponde à despesa resultante de ativos e passivos financeiros
Despesa Efetiva	38 305 551,08 €	44 758 784,13 €	49 632 383,83 €	55 907 090,46 €	corresponde à despesa total deduzida da despesa com ativos e passivos financeiros
Despesa Primária	38 296 114,12 €	44 696 466,04 €	49 569 530,48 €	55 831 844,98 €	corresponde à despesa efetiva deduzida dos juros pagos
Saldo Total	-235 443,35 €	-2 418 395,67 €	-2 022 987,92 €	888 234,87 €	corresponde à diferença entre receita total e despesa total
Saldo Corrente	5 833 536,15 €	2 297 540,90 €	3 067 164,75 €	1 696 361,02 €	corresponde à diferença entre receita corrente e despesa corrente
Saldo de Capital	-5 389 613,70 €	-4 191 916,44 €	-4 691 595,09 €	-4 666 337,77 €	corresponde à diferença entre receita de capital e despesa de capital
Saldo Global	520 942,90 €	-1 877 561,39 €	-1 600 072,97 €	-2 933 955,90 €	corresponde à diferença entre receita efetiva e despesa efetiva
Saldo Primário	530 379,86 €	-1 815 243,30 €	-1 537 219,62 €	-2 858 710,42 €	corresponde à diferença entre receita efetiva e despesa efetiva deduzida dos juros pagos
Saldo Orçamental da Gerência anterior	9 355 269,45 €	9 119 826,10 €	6 701 430,43 €	4 678 442,51 €	corresponde ao saldo de caixa (compreende dinheiro e depósitos à ordem) apurado.
Saldo Orçamental da Gerência	-235 443,35 €	-2 418 395,67 €	-2 022 987,92 €	888 234,87 €	
Saldo Orçamental para a Gerência seguinte	9 119 826,10 €	6 701 430,43 €	4 678 442,51 €	5 566 677,38 €	

Os Agregados apresentados permitem-nos perceber que, em 2025, a receita arrecadada pelo Município foi superior à despesa paga num montante na ordem dos 888.000€.

O aumento observado na receita arrecadada em 2025 relativamente a 2024, permitiu fazer face à despesa paga levando inclusivamente a que o saldo total acumulado (saldo orçamental para a gerência seguinte) seja superior ao de 2024, fixando-se num valor acima dos 5.500.000€.

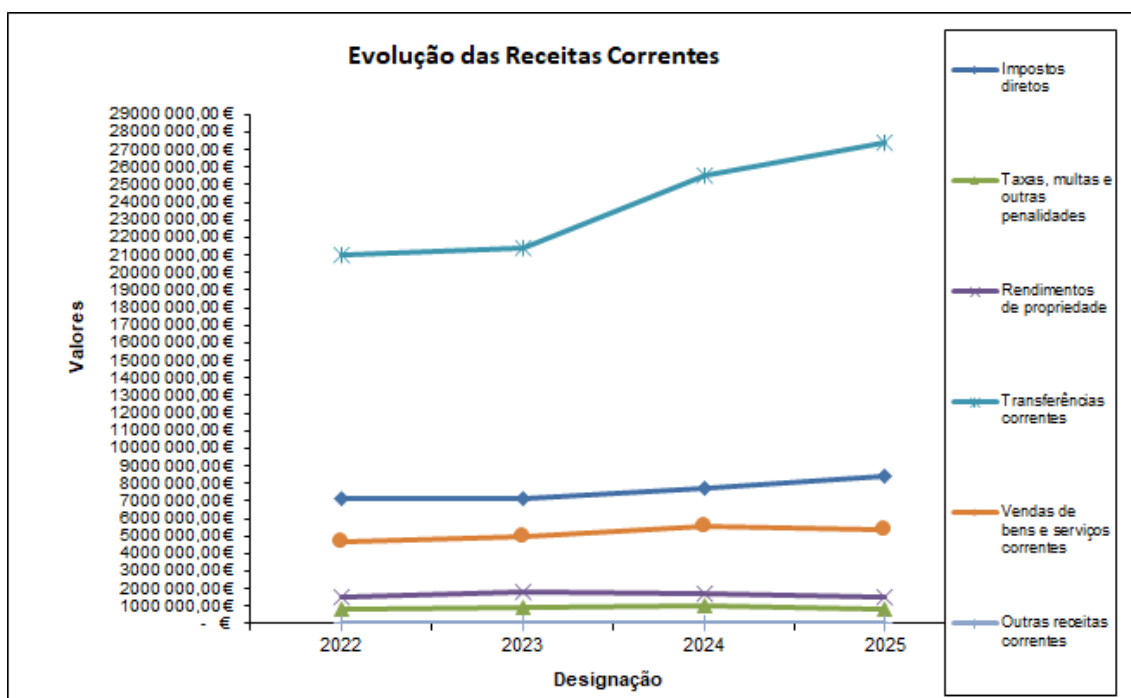
Podemos também inferir do quadro que, ao longo do quadriénio, o Município apresenta saldos correntes positivos e saldos de capital negativos. Em 2025, apresenta um saldo global e um saldo primário negativos (perto dos 3.000.000€).

4.4 – Estrutura e Evolução da Receita

Receitas Correntes	2022	2023	2024	2025	Δ (2025 / 2024)	Δ (2025 / média 2022 a 2024)
Impostos diretos	7 165 970,19 €	7 105 817,43 €	7 688 537,72 €	8 395 463,15 €	9,19%	14,69%
Taxas, multas e outras penalidades	868 186,36 €	909 998,78 €	1 076 569,30 €	882 862,49 €	-17,99%	-7,22%
Rendimentos de propriedade	1 487 663,94 €	1 791 206,49 €	1 724 244,54 €	1 547 284,23 €	-10,26%	-7,22%
Transferências correntes	20 969 019,41 €	21 364 749,87 €	25 503 986,11 €	27 354 690,84 €	7,26%	20,97%
Vendas de bens e serviços correntes	4 651 588,23 €	4 996 434,33 €	5 515 849,72 €	5 346 139,77 €	-3,08%	5,77%
Outras receitas correntes	4 138,60 €	68 015,38 €	20 727,75 €	23 537,82 €	13,56%	-23,97%
Total	35 146 566,73 €	36 236 222,28 €	41 529 915,14 €	43 549 978,30 €	4,86%	15,71%

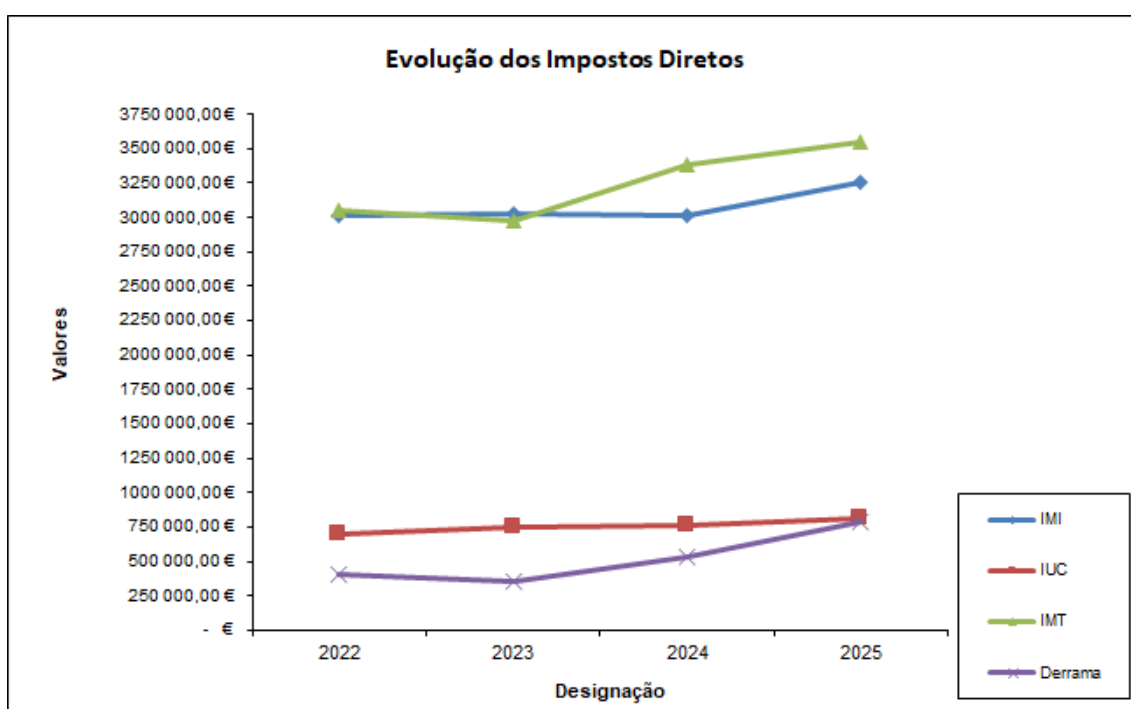
A *receita corrente* arrecadada em 2025 apresenta um crescimento relativamente ao ano anterior (4,86%), registando uma execução acima da média dos 3 anos anteriores (15,71%). São de destacar os aumentos registados ao nível da arrecadação das *transferências correntes* e dos *impostos diretos*. Importa referir que o aumento verificado no capítulo *transferências correntes* inclui valores no âmbito do artigo 35.º, n.º5 da Lei 73/2013, que, mais uma vez excepcionalmente em 2025 (conforme estabelecido na LOE), é contabilizado em 50% do seu montante como *receita corrente*.

O gráfico abaixo permite-nos constatar o aumento da arrecadação das *receitas correntes* ao longo do quadriénio.



As *receitas próprias correntes* registaram, em 2025, uma cobrança ligeiramente superior à registada em 2024 (1,06%), bem como, um aumento na ordem dos 7,79% relativamente à média do triénio anterior.

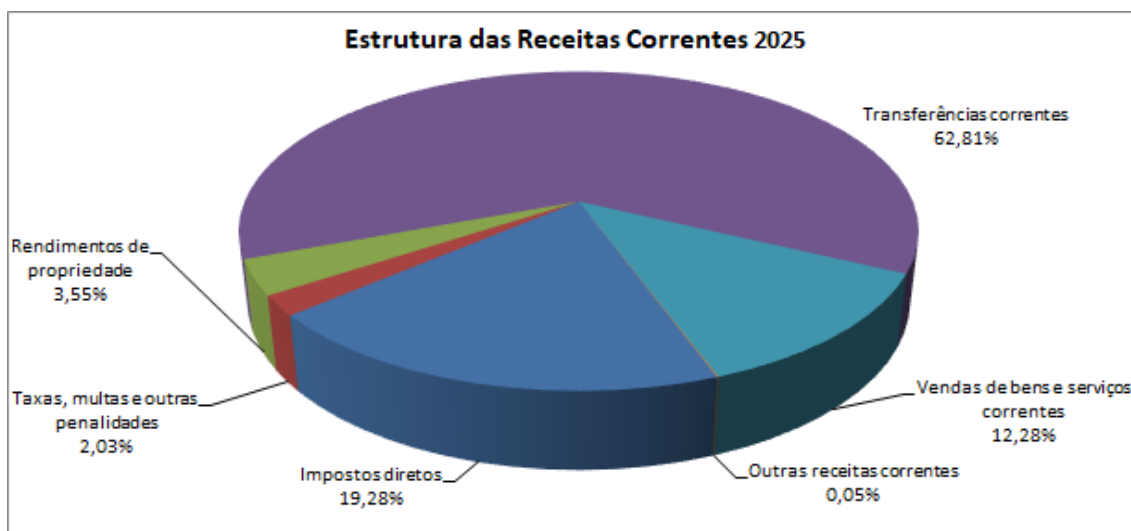
O gráfico seguinte permite-nos observar a evolução dos *impostos diretos* ao longo do quadriénio. O *IMI* que vinha apresentando valores estabilizados na ordem dos 3.000.000€ anuais, apresenta uma subida em 2025 para valores superiores a 3.250.000€. O *IUC* apresenta um crescimento continuado ao longo do quadriénio. O *IMT* (apesar da sua grande volatilidade) e a *Derrama* apresentam, em 2025, os seus valores mais elevados do quadriénio.



Conforme se depreende do quadro seguinte, o *fundo de equilíbrio financeiro (FEF) corrente* é o principal responsável pelo crescimento das *transferências correntes* ao longo do quadriénio e pelo peso relativo que as mesmas apresentam nos vários anos, representando, em 2025, 62,70% das *transferências correntes* recebidas e 39,38% da totalidade da *receita corrente* arrecadada.

Transferências Correntes	2022	2023	2024	2025	Δ(2025 / 2024)	Δ(2025 / média 2022 a 2024)
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEFc)	15 905 755,00 €	15 658 797,00 €	16 359 354,14 €	17 150 475,00 €	4,84%	7,36%
Fundo Social Municipal (FSM)	497 196,00 €	521 859,00 €	618 899,00 €	739 325,00 €	19,46%	35,41%
Participação Variável no IRS	658 706,00 €	779 957,00 €	833 367,00 €	833 279,00 €	-0,01%	10,03%
Participação no IVA – Art 26.º-A da Lei n.º73/2013	157 656,90 €	221 106,50 €	365 360,67 €	274 842,00 €	-24,78%	10,80%
n.º 3 art.º 35.º Lei n.º 73/2013	- €	- €	2 607 401,19 €	3 699 072,00 €	41,87%	325,60%
Outras transferências Adm. Central (OTAC)	642 639,51 €	- €	81 626,55 €	14 750,13 €	-81,93%	-93,89%
Transf Competencias - Lei 50/2018 (Tcomp)	2 520 321,36 €	3 695 460,00 €	3 867 797,00 €	3 978 259,00 €	2,86%	18,36%
Fundos Comunitários (FCc)	541 560,43 €	374 166,68 €	328 650,13 €	319 898,39 €	-2,66%	-22,88%
Outras Transferências (OTc)	45 184,21 €	113 403,69 €	441 530,43 €	344 790,32 €	-21,91%	72,36%
Total	20 969 019,41 €	21 364 749,87 €	25 503 986,11 €	27 354 690,84 €	7,26%	20,97%

Efetivamente, o gráfico abaixo dá-nos a noção da dependência que o Município continua a ter relativamente a receitas alheias, com especial relevo para as provenientes do Orçamento do Estado, no que se refere ao financiamento da sua gestão corrente, com as *transferências* a representarem 62,81% do valor arrecadado em 2025.

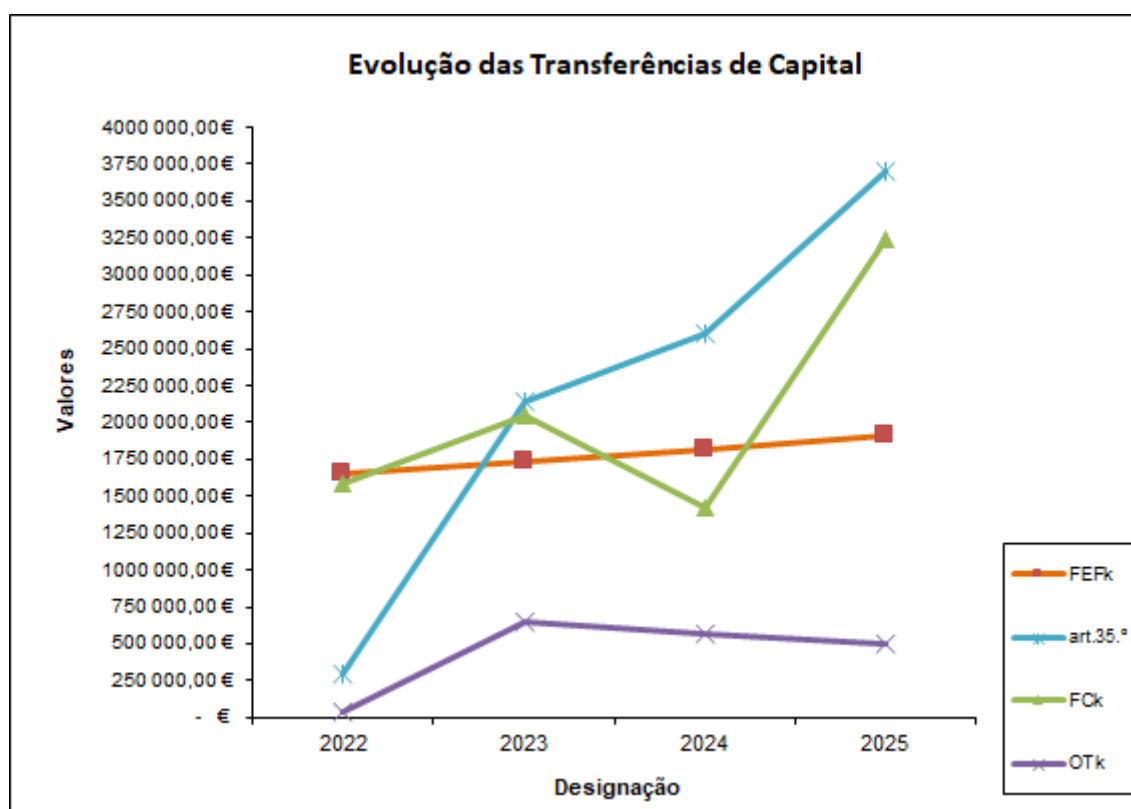


A receita de capital arrecadada em 2025 registou um aumento considerável (44,91%) quando comparada com o ano transato, assente numa maior arrecadação das *transferências*.

Receitas de Capital	2022	2023	2024	2025	Δ (2025 / 2024)	Δ (2025 / média 2022 a 2024)
Venda de Bens de Investimento	13 738,23 €	57 365,09 €	59 574,76 €	32 213,63 €	-45,93%	-26,05%
Transferências de Capital	3 589 168,57 €	6 570 821,22 €	6 416 446,39 €	9 354 921,78 €	45,80%	69,31%
Outras Receitas de Capital	- €	- €	2 017,20 €	- €		-100,00%
Total	3 602 906,80 €	6 628 186,31 €	6 478 038,35 €	9 387 135,41 €	44,91%	68,54%

Conforme se pode inferir do quadro e gráfico seguintes isso deveu-se, principalmente, ao crescimento das transferências provenientes de fundos comunitários, mas também das provenientes do Orçamento do Estado.

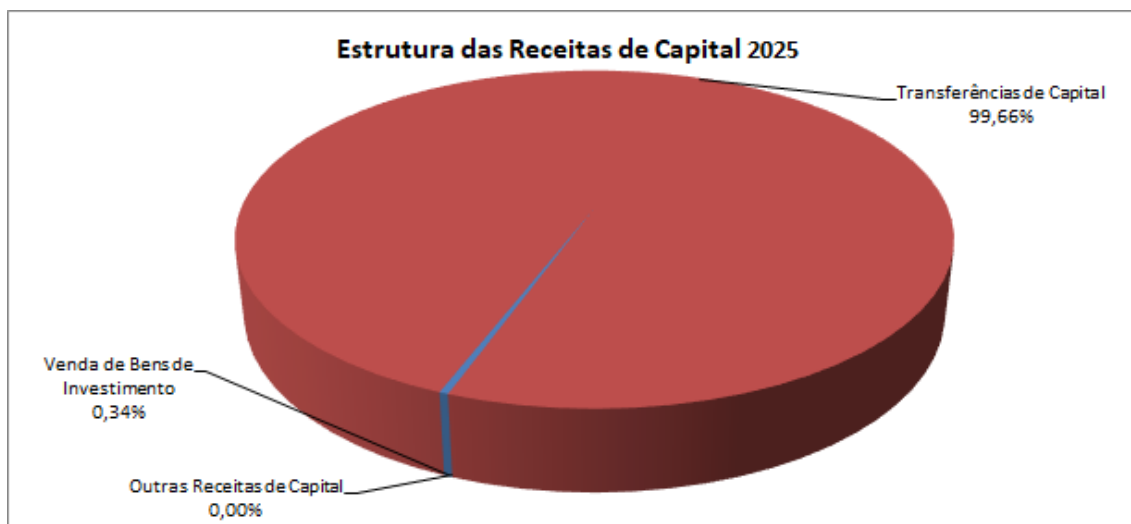
Transferências de Capital	2022	2023	2024	2025	Δ (2025 / 2024)	Δ (2025 / média 2022 a 2024)
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEFk)	1 649 793,00 €	1 739 866,00 €	1 817 706,00 €	1 905 608,00 €	4,84%	9,78%
n.º 3 art.º 35.º Lei n.º 73/2013	302 178,00 €	2 135 617,00 €	2 607 401,21 €	3 699 073,00 €	41,87%	119,96%
Fundos Comunitários (FCk)	1 592 009,05 €	2 050 377,68 €	1 422 622,27 €	3 247 542,65 €	128,28%	92,35%
Outras Transferências (OTk)	45 188,52 €	644 960,54 €	568 716,91 €	502 698,13 €	-11,61%	19,80%
Total	3 589 168,57 €	6 570 821,22 €	6 416 446,39 €	9 354 921,78 €	45,80%	69,31%



Apesar de não relevadas nas contas, conforme orientações da DGAL no sentido do reconhecimento dos montantes a receber apenas aquando da autorização dos pedidos de pagamento efetuados aos organismos gestores, no final de 2025 encontravam-se por receber verbas de obra executada na ordem dos 870.000€. Essas verbas são relativas a candidaturas a fundos comunitários e estatais descritos no quadro seguinte:

ENTIDADE / FUNDO	PROTOCOLO/ACORDO/CANDIDATURA	MONTANTE A RECEBER
ALENTEJO2030	Centro Escolar de São Luís - 2.ª fase	12 326,32 €
ALENTEJO2030	Requalificação Urbana do Núcleo Antigo de São Teotónio e Parque Ribeirinho	179 268,61 €
ALENTEJO2030	Centro Empresarial de Desenvolvimento e Incubação do Sudoeste - CEDI sw	57 941,48 €
PDR2020	Casa do Povo de Sabóia - Casa de Memórias	47 957,91 €
IHRU	Reabilitação de 3 fogos em Odemira: José Maria Andrade - Fração G; José Maria Andrade - Fração J	106 582,70 €
IHRU	Aquisição de 6 fogos - Sabóia Boavista dos Pinheiros, Santa Clara-a-Velha, Colos e Odemira	439 409,16 €
IHRU	Aquisição de 1 fogo - Azenha do Mar, freguesia de São Teotónio	6 178,00 €
IHRU	Centro de Alojamento Temporário (CAT) de Odemira	20 000,00 €

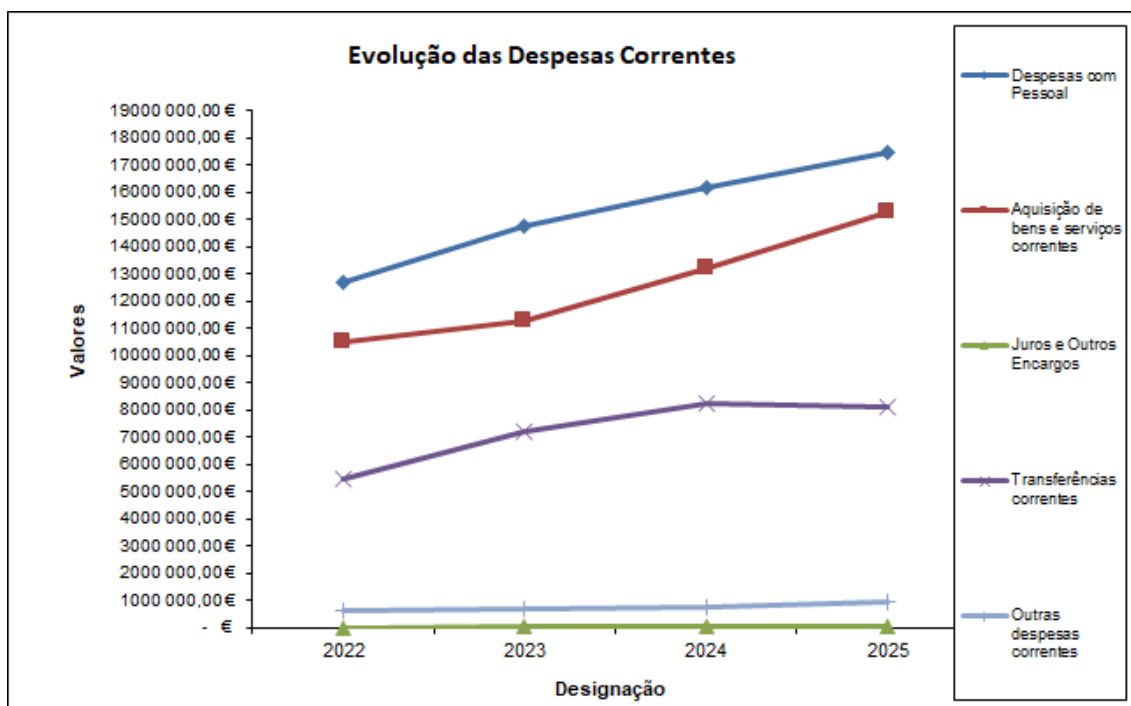
Em termos estruturais o Município registou, em 2025, *receitas próprias (de capital)* bastante reduzidas dependendo de financiamentos comunitários e estatais, e, do recurso a *receitas correntes*, para a implementação das suas políticas de investimento, conforme se pode verificar no gráfico infra.



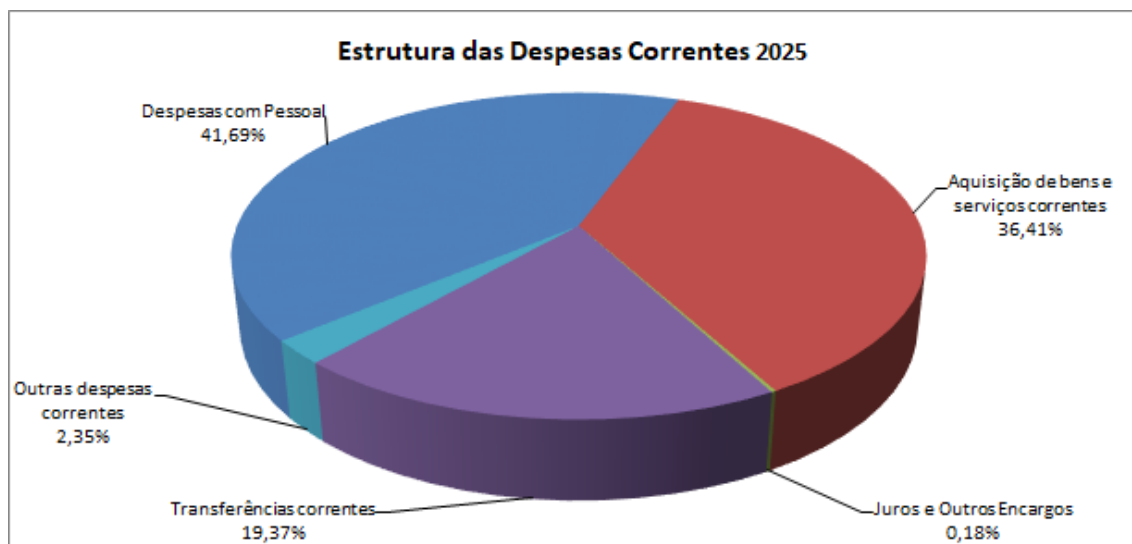
4.5 – Estrutura e Evolução da Despesa

Despesas Correntes	2022	2023	2024	2025	$\Delta(2025 / 2024)$	$\Delta(2025 / \text{m\u00e9dia } 2022 \text{ a } 2024)$
Despesas com Pessoal	12 685 456,57 €	14 743 881,91 €	16 198 728,55 €	17 448 496,06 €	7,72%	19,98%
Aquisi\u00e7\u00e3o de bens e servi\u00e7os correntes	10 527 877,84 €	11 268 913,62 €	13 196 897,11 €	15 239 178,19 €	15,48%	30,65%
Juros e Outros Encargos	9 436,96 €	62 318,09 €	62 853,35 €	75 245,48 €	19,72%	67,70%
Transfer\u00eancias correntes	5 487 688,86 €	7 186 556,57 €	8 259 196,42 €	8 108 523,05 €	-1,82%	16,20%
Outras despesas correntes	602 570,35 €	677 011,19 €	745 074,96 €	982 174,50 €	31,82%	45,53%
Total	29 313 030,58 €	33 938 681,38 €	38 462 750,39 €	41 853 617,28 €	8,82%	23,44%

A *despesa corrente* executada em 2025 apresenta um consider\u00e1vel aumento relativamente ao ano anterior (cerca de 3.391.000€; 8,82%). Relativamente \u00e0 compara\u00e7\u00e3o com a m\u00e9dia do tri\u00e9nio anterior, registou-se um crescimento na ordem dos 23,44%, com especial relev\u00e2ncia para a *aquisi\u00e7\u00e3o de bens e servi\u00e7os correntes*. O gr\u00e1fico seguinte d\u00e1-nos a evolu\u00e7\u00e3o das *despesas correntes* ao longo do quadri\u00e9nio.



Em 2025, em termos estruturais, as *despesas com pessoal* representaram 41,69% da execução orçamental corrente, representando a *aquisição de bens e serviços correntes* 36,41% dessa execução, e as *transferências correntes* 19,37%, conforme se pode verificar no gráfico abaixo.



Uma análise mais pormenorizada às *despesas com pessoal* permite-nos constatar um aumento relevante, relativamente a 2024 e à média dos 3 anos anteriores, das despesas ligadas aos vencimentos e encargos sociais dos trabalhadores do município. O crescimento ocorrido ao longo do quadriénio deveu-se ao recrutamento de pessoal para as várias áreas do Município, com destaque para incorporação no quadro de pessoal do Município, em abril de 2022, de cerca de 150 funcionários dos Agrupamentos de Escolas do concelho em virtude da assunção das competências delegadas pelo Estado no âmbito da Educação. Já em 2024, com a implementação do acelerador de carreiras, os vencimentos e os encargos sociais daí decorrentes voltam a aumentar. O crescimento em 2025 assenta nos aumentos trazidos pelo acelerador, na tabela salarial aprovada e em novos recrutamentos. Podemos também observar o aumento dos valores relativos a *ajudas custo, horas extraordinárias e outros abonos variáveis ou eventuais* como reflexo do aumento do valor/hora proporcionado pelo acima referido. O montante das *despesas de saúde* ocorrido até 2023 está relacionado com o recurso a cuidados médicos por parte dos funcionários municipais, reduzindo-se substancialmente o encargo em 2024 e 2025 com a mudança para a esfera do Estado da responsabilidade de pagamento da quase totalidade das despesas de saúde.

Despesas com Pessoal	2022	2023	2024	2025	Δ(2025 / 2024)	Δ(2025 / média 2022 a 2024)
Vencimentos	8 624 025,10 €	10 013 526,89 €	11 206 674,70 €	12 154 625,33 €	8,46%	22,18%
Subsídio de refeição	666 725,04 €	878 873,44 €	921 516,01 €	926 214,00 €	0,51%	12,63%
Ajudas custo, Horas extra, e Outros abonos variáveis ou eventuais	738 253,88 €	838 435,96 €	999 331,23 €	1 069 886,61 €	7,06%	24,60%
Segurança Social (incluindo CGA)	2 201 430,53 €	2 530 720,91 €	2 861 559,83 €	3 133 333,20 €	9,50%	23,79%
Despesas de Saúde	328 440,66 €	355 626,42 €	61 062,25 €	7 380,00 €	-87,91%	-97,03%
Outras	126 581,36 €	126 698,29 €	148 584,53 €	157 056,92 €	5,70%	17,25%
Total	12 685 456,57 €	14 743 881,91 €	16 198 728,55 €	17 448 496,06 €	7,72%	19,98%

O quadro seguinte pretende transmitir o acréscimo ocorrido ao nível das principais classificações económicas da *aquisição de bens e serviços correntes*, em função da subida da inflação e novas necessidades. É de referir o aumento ocorrido ao nível da conservação de bens (com destaque para a realizada em estradas e caminhos municipais, bem como, em espaços públicos e equipamentos). Destaque, também, para a subida dos encargos com os serviços de saneamento, recolha de RSU's e recicláveis, em função do aumento do consumo e/ou das tarifas associadas. Importa ainda referir o comportamento dos *encargos com instalações* que apresentam uma redução, entre 2022 e 2023, pelo facto de o fornecedor contratado ter emitido notas de crédito de valor relevante por faturação incorreta em anos anteriores dando uma ideia irreal quanto aos encargos anuais com este tipo de serviço, como se pode verificar pelo valor executado em 2024 e 2025.

Aquisição de Bens e Serviços	2022	2023	2024	2025	Δ(2025 / 2024)	Δ(2025 / média 2022 a 2024)
Água	1 564 806,89 €	1 582 326,83 €	1 884 825,77 €	1 915 013,70 €	1,60%	14,17%
Saneamento, recolha de RSU's e recicláveis	1 468 635,12 €	1 528 300,99 €	2 109 822,87 €	2 457 423,94 €	16,48%	44,36%
Matérias-primas e subsidiárias	262 315,52 €	393 772,24 €	364 171,82 €	418 841,53 €	15,01%	23,16%
Combustíveis e lubrificantes	741 312,04 €	671 772,07 €	647 486,61 €	694 818,21 €	7,31%	1,16%
Encargos de instalações	622 099,01 €	324 925,18 €	1 005 274,39 €	1 134 134,01 €	12,82%	74,28%
Conservação de bens	928 672,72 €	1 198 360,24 €	982 081,87 €	2 012 255,67 €	104,90%	94,16%
Transportes	573 736,77 €	684 908,01 €	218 029,59 €	239 283,74 €	9,75%	-51,39%
Outros	4 366 299,77 €	4 884 548,06 €	5 985 204,19 €	6 367 407,39 €	6,39%	25,38%
Total	10 527 877,84 €	11 268 913,62 €	13 196 897,11 €	15 239 178,19 €	15,48%	30,65%

Nota: em "Outros" incluem-se, designadamente, despesas com comunicações, seguros, refeições escolares, estudos e consultadoria, publicidade, espetáculos, encargos de cobrança de receitas, impressões, limpeza e higiene, e, peças.

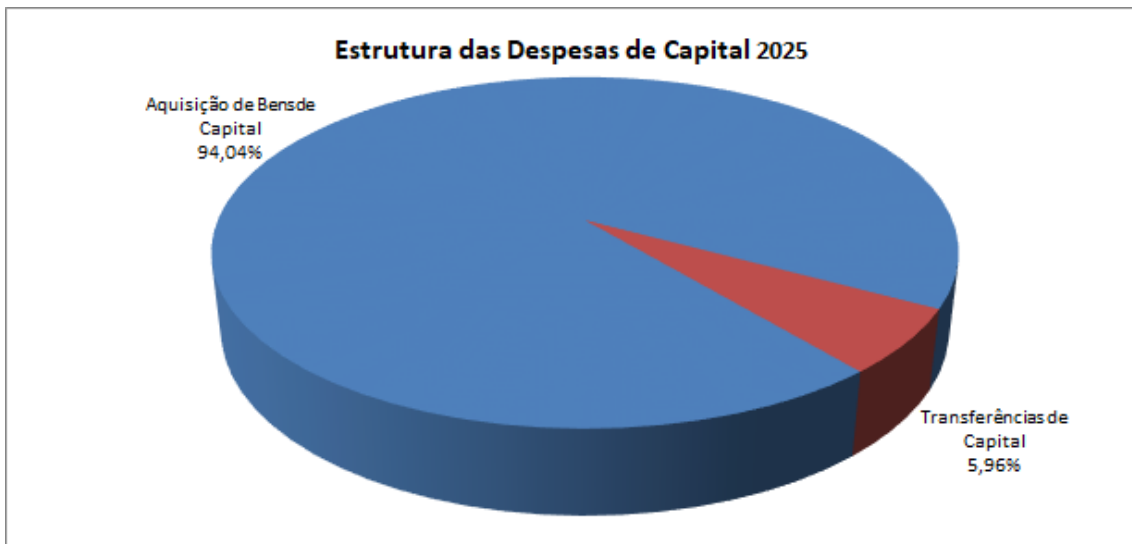
Ao nível das *transferências correntes* podemos verificar um aumento de execução ao longo do quadriénio, com uma ligeira inflexão em 2025, com destaque para as Freguesias (implementação de novos acordos de execução e contratos administrativos), Estado (implementação de contratos de delegação de competências) e instituições sem fins lucrativos (programas de apoio nas áreas cultural, desportiva, social, educativa, económica e da proteção civil).

Transferências Correntes	2022	2023	2024	2025	Δ(2025 / 2024)	Δ(2025 / média 2022 a 2024)
Socied. e quase-socied. não financeiras Privadas	37 055,99 €	11 500,00 €	120 520,59 €	44 114,32 €	-63,40%	-21,73%
Administração Central	327 259,05 €	394 224,45 €	340 581,80 €	499 744,31 €	46,73%	41,16%
Freguesias	1 687 119,59 €	2 506 652,12 €	2 523 382,04 €	2 547 422,20 €	0,95%	13,77%
Associações de municípios	128 001,03 €	119 705,43 €	120 914,24 €	119 488,58 €	-1,18%	-2,75%
Instituições sem fins lucrativos	3 110 882,54 €	3 912 932,70 €	5 000 118,66 €	4 806 341,41 €	-3,88%	19,92%
Famílias	180 001,58 €	215 279,99 €	132 087,32 €	72 850,53 €	-44,85%	-58,56%
Outras transferências	17 369,08 €	26 261,88 €	21 591,77 €	18 561,70 €	-14,03%	-14,62%
Total	5 487 688,86 €	7 186 556,57 €	8 259 196,42 €	8 108 523,05 €	-1,82%	16,20%

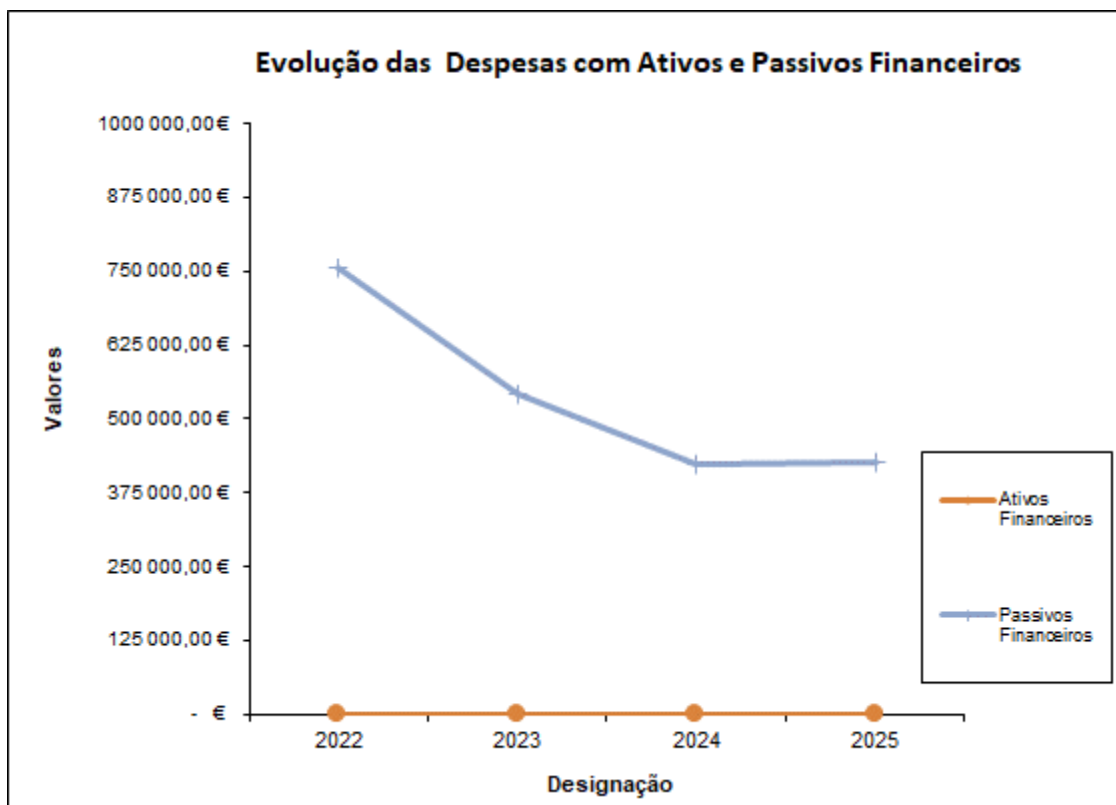
Despesas de Capital	2022	2023	2024	2025	$\Delta(2025 / 2024)$	$\Delta(2025 / \text{m\u00e9dia } 2022 \text{ a } 2024)$
Aquisi\u00e7\u00e3o de Bens de Capital	6 777 048,48 \u20ac	9 836 634,36 \u20ac	9 705 328,19 \u20ac	13 215 840,68 \u20ac	36,17%	50,64%
Transfer\u00eancias de Capital	2 215 472,02 \u20ac	983 468,39 \u20ac	1 464 305,25 \u20ac	837 632,50 \u20ac	-42,80%	-46,11%
Total	8 992 520,50 \u20ac	10 820 102,75 \u20ac	11 169 633,44 \u20ac	14 053 473,18 \u20ac	25,82%	36,08%

Conforme se pode verificar, a *despesa de capital* executada em 2025 registou um aumento consider\u00e1vel (25,82%) quando comparada com o ano anterior assente numa maior execu\u00e7\u00e3o de *aquisi\u00e7\u00e3o de bens de capital*. Relativamente \u00e0 compara\u00e7\u00e3o com a m\u00e9dia do tri\u00e9nio anterior regista-se um acr\u00e9scimo de *despesas de capital* na ordem dos 36,08%.

Nesta conformidade, o investimento direto realizado pelo munic\u00edpio representou, em 2025, 94,04% da *despesa de capital* executada, representando o investimento indireto 5,96%, conforme se pode verificar no gr\u00e1fico seguinte.



O gráfico seguinte dá-nos a evolução das *despesas com ativos e passivos financeiros* ao longo do quadriénio.



Da observação do quadro podemos constatar a ausência de despesas com *ativos financeiros*, já que se concluiu em 2020 a realização anual das participações no Fundo de Apoio Municipal, de acordo com o plano de participação definido.

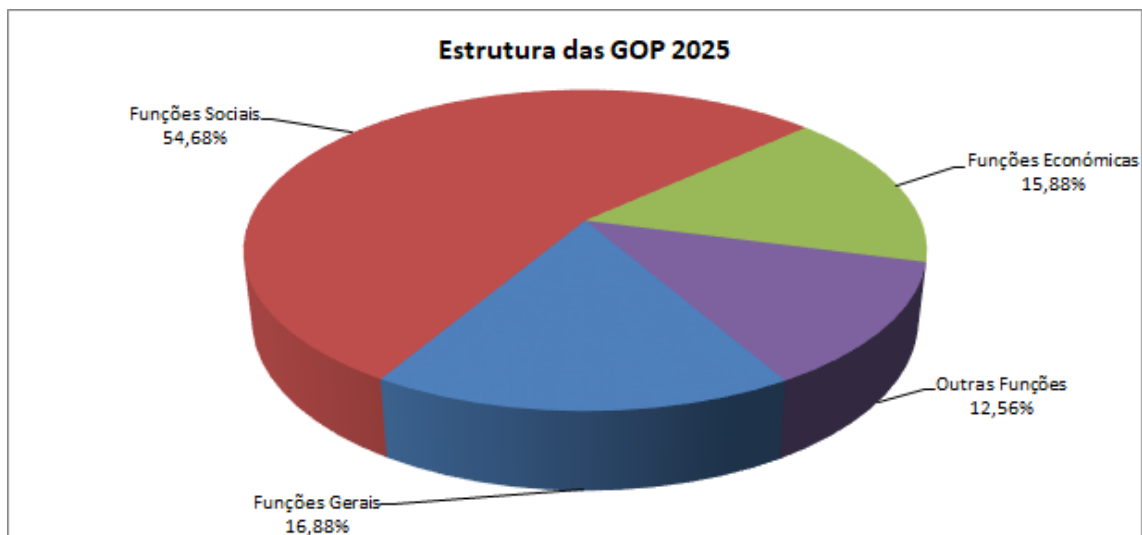
Relativamente aos *passivos financeiros*, a diminuição ocorrida ao longo do quadriénio está ligada ao serviço da dívida dos empréstimos de longo prazo contraídos pelo município para financiamento do seu Plano Plurianual de Investimentos, tendo quatro desses empréstimos finalizado as respetivas amortizações no decurso daquele período. O ano de 2025 já mostra a inversão dessa tendência, passando a refletir o efeito da amortização dos empréstimos mlp contratados em 2024, que começaram a ser utilizados e amortizados em 2025, e que, dada a sua dimensão, irão ter execuções futuras de maior dimensão.

4.6 – Estrutura e Evolução das Grandes Opções do Plano (GOP)

O quadro seguinte permite observar a evolução ocorrida nas *Grandes Opções do Plano (GOP)* ao longo do quadriénio. Podemos constatar um crescimento de execução em 2025 relativamente a 2024 (16,26%) e à média do triénio anterior (30,82%).

Grandes Opções do Plano (GOP)	2022	2023	2024	2025	$\Delta(2025 / 2024)$	$\Delta(2025 / \text{média } 2022 \text{ a } 2024)$
Funções Gerais	4 785 633,48 €	5 529 915,72 €	4 332 563,48 €	6 383 176,67 €	47,33%	30,73%
Funções Sociais	11 306 650,98 €	16 321 061,90 €	18 898 149,89 €	20 679 020,77 €	9,42%	33,34%
Funções Económicas	4 951 828,33 €	3 677 495,70 €	5 048 234,81 €	6 007 229,16 €	19,00%	31,76%
Outras Funções	3 840 726,50 €	3 790 728,14 €	4 250 768,40 €	4 751 042,72 €	11,77%	19,95%
Total	24 884 839,29 €	29 319 201,46 €	32 529 716,58 €	37 820 469,32 €	16,26%	30,82%

Como se pode observar no gráfico seguinte, as *funções sociais* representam a maior fatia das *GOP* executadas em 2025.



4.7 – Execução do Plano de Atividades Municipal (PAM)

Plano de Atividades Municipal 2025	valor	%
FUNÇÕES GERAIS	4 760 272,31 €	19,35%
CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS	593 927,81 €	2,41%
GESTÃO MUNICIPAL	1 756 984,07 €	7,14%
INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO, PROTOCOLO, IMAGEM DO CONCELHO	423 966,26 €	1,72%
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	153 818,88 €	0,63%
ECOSSISTEMA PARTICIPATIVO	104 244,45 €	0,42%
POLÍTICAS PÚBLICAS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	269 747,49 €	1,10%
TRANSIÇÃO DIGITAL	742 442,12 €	3,02%
PROTEÇÃO CIVIL	715 141,23 €	2,91%
FUNÇÕES SOCIAIS	12 076 830,73 €	49,08%
ODEMIRA TERRITÓRIO EDUCATIVO	2 576 382,90 €	10,47%
ODEMIRA ACREDITA EM TI	111 213,47 €	0,45%
ODEMIRA SOCIAL	627 979,63 €	2,55%
MAIS HABITAÇÃO	75 385,35 €	0,31%
PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	18 496,75 €	0,08%
GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO	1 400 512,80 €	5,69%
GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE ÁGUAS DE ABASTECIMENTO	2 211 900,03 €	8,99%
GESTÃO DE RESÍDUOS	2 248 240,74 €	9,14%
SAÚDE PÚBLICA	61 198,76 €	0,25%
VALORIZAÇÃO DO RIO MIRA	41 327,28 €	0,17%
CULTURA EM ODEMIRA	792 952,86 €	3,22%
ODEMIRA CRIATIVA	845 724,11 €	3,44%
ODEMIRA TERRITÓRIO DESPORTIVO	1 065 516,05 €	4,33%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	4 038 145,88 €	16,41%
PLANO ESTRATÉGICO E OP. NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA	25 830,00 €	0,10%
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	1 843 984,39 €	7,49%
CONSERVAÇÃO DE CAMINHOS E ESTRADAS MUNICIPAIS	716 652,83 €	2,91%
ODEMIRA MAIS PERTO	19 708,58 €	0,08%
FACECO	361 850,20 €	1,47%
FEIRA DE TURISMO	71 504,81 €	0,29%
ODEMIRA TERRITÓRIO TURÍSTICO	478 085,43 €	1,94%
ODEMIRA EMPREENDE	317 815,14 €	1,29%
PRODUTOS DE ODEMIRA	202 714,50 €	0,82%
OUTRAS FUNÇÕES	3 729 379,72 €	15,16%
EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	503 478,98 €	2,05%
FREGUESIAS: CONTRATOS DE EXECUÇÃO, PROTOCOLOS E ACORDOS DE COLABORAÇÃO	2 597 422,20 €	10,56%
MANUTENÇÃO DE VIATURAS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO	628 478,54 €	2,55%
TOTAL	24 604 628,64 €	100,00%

O quadro acima permite-nos aferir a realização, em 2025, das atividades municipais mais relevantes consubstanciadas em projetos do *Plano de Atividades Municipal (PAM)*. São de destacar os projetos afetos a *funções sociais* (sobretudo os valores da área da educação, da área cultural e da área desportiva, bem como, dos serviços coletivos da área ambiental).

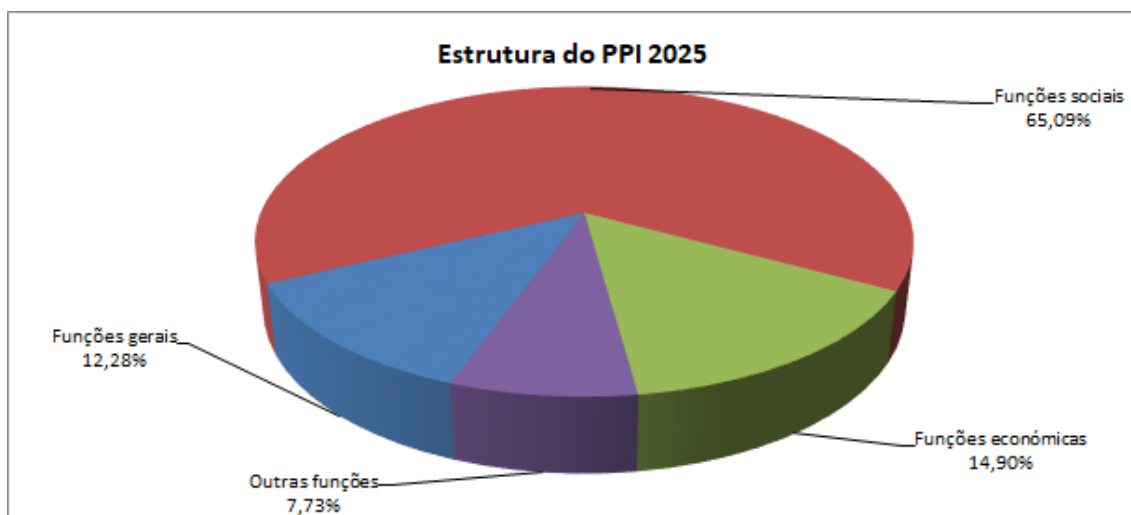
Ao nível da educação, cultura e desporto é de realçar a execução do projeto “Odemira Território Educativo”, dos projetos “Cultura em Odemira” e “Odemira Criativa”, bem como, do projeto “Odemira Território Desportivo”, e, ao nível dos serviços coletivos, a execução dos projetos ligados à gestão de infraestruturas de águas de abastecimento e de saneamento, e, à gestão de resíduos. No seu conjunto apresentam uma execução superior a 11.000.000€, cerca de 45% da execução total do *PAM*.

4.8 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O quadro seguinte ilustra a forma como o Município executou o *Plano Plurianual de Investimentos (PPI)* em 2025.

Designação	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Execução em 31-12-2025	Estrutura da Execução
Funções gerais	4 339 000,00 €	3 682 000,00 €	1 622 904,36 € 44,08%	12,28%
Funções sociais	17 496 000,00 €	14 235 000,00 €	8 602 190,04 € 60,43%	65,09%
Funções económicas	4 492 000,00 €	4 164 000,00 €	1 969 083,28 € 47,29%	14,90%
Outras funções	929 000,00 €	1 370 000,00 €	1 021 663,00 € 74,57%	7,73%
Total	27 256 000,00 €	23 451 000,00 €	13 215 840,68 € 56,36%	100,00%

O gráfico abaixo permite-nos verificar, em 2025, uma maior preponderância das *funções sociais* na estrutura do investimento realizado, dando-nos conta das intenções do executivo municipal quanto à afetação dos recursos à sua disposição.



5 – Evolução da situação patrimonial, financeira e económica

5.1 – Balanço

O Balanço abaixo apresentado permite constatar a situação existente em 31dez2025 e em 31dez2024, bem como, a variação percentual entre as datas de relato.

BALANÇO	31/12/2024	31/12/2025	Δ
ATIVO			
Ativo não corrente	107 302 547,92 €	112 856 658,94 €	5,18%
Ativos fixos tangíveis	106 057 569,86 €	111 757 817,75 €	5,37%
Propriedades de investimento	68 916,93 €	66 528,42 €	-3,47%
Ativos intangíveis	311 373,63 €	167 625,27 €	-46,17%
Investimentos financeiros	864 687,50 €	864 687,50 €	0,00%
Ativo corrente	11 919 036,99 €	13 315 838,06 €	11,72%
Inventários	747 091,71 €	758 975,78 €	1,59%
Devedores p/trf e subsídios não reembolsáveis	0,00 €	0,00 €	
Clientes, contribuintes e utentes	564 691,59 €	600 884,89 €	6,41%
Estado e outros entes públicos	98 415,51 €	146 735,91 €	49,10%
Outras contas a receber	4 484 851,42 €	4 780 926,61 €	6,60%
Diferimentos	57 978,23 €	56 530,07 €	-2,50%
Caixa e depósitos	5 966 008,53 €	6 971 784,80 €	16,86%
Total do Ativo	119 221 584,91 €	126 172 497,00 €	5,83%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	10 908 982,33 €	10 908 982,33 €	0,00%
Reservas	1 985 053,96 €	1 985 053,96 €	0,00%
Resultados transitados	52 475 795,36 €	50 266 143,49 €	-4,21%
Outras variações no património líquido	48 038 610,89 €	51 528 379,67 €	7,26%
Resultado líquido do período	-2 209 651,87 €	-3 768 499,77 €	
Total do Património Líquido	111 198 790,67 €	110 920 059,68 €	-0,25%
PASSIVO			
Passivo não corrente	710 227,22 €	4 230 205,12 €	495,61%
Financiamentos obtidos	710 227,22 €	4 230 205,12 €	495,61%
Diferimentos	0,00 €	0,00 €	
Passivo corrente	7 312 567,02 €	11 022 232,20 €	50,73%
Credores p/trf e subsídios não reemb. concedidos	0,00 €	16 699,37 €	
Fornecedores	225 240,37 €	100 199,84 €	-55,51%
Estado e outros entes públicos	402 395,50 €	539 572,40 €	34,09%
Financiamentos obtidos	333 000,02 €	635 212,89 €	90,75%
Fornecedores de investimentos	584 623,64 €	3 805,62 €	-99,35%
Outras contas a pagar	5 701 897,89 €	5 906 586,20 €	3,59%
Diferimentos	65 409,60 €	3 820 155,88 €	5740,36%
Total do Passivo	8 022 794,24 €	15 252 437,32 €	90,11%
Total do Património Líquido e Passivo	119 221 584,91 €	126 172 497,00 €	5,83%

Importa referir, desde logo, que após ter procedido ao desconhecimento dos Ativos e Passivos associados ao contrato de concessão para distribuição de energia elétrica, com a E-Redes, S.A., tendo em conta a Orientação Técnica n.º 1/2025 da Comissão de Normalização Contabilística, por existirem incertezas significativas quanto aos critérios de reconhecimento e à informação necessária para o adequado registo, o Município continua a não os refletir nas suas Contas. A natureza e os termos do acordo de concessão, bem como os ativos e passivos contingentes associados ao contrato de concessão, estão divulgados no Anexo às Demonstrações Financeiras, no âmbito da NCP 15 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

A análise ao Balanço no final de 2025 permite-nos constatar um crescimento (cerca de 6.951.000€; 5,83%;) do *Ativo* relativamente ao final de 2024. Esse crescimento ocorre ao nível do *Ativo não corrente* que apresenta um aumento na ordem dos 5.554.000€ (5,18%) como reflexo, sobretudo, dos investimentos realizados em obras de grande envergadura, como sejam, designadamente a “requalificação do núcleo antigo e ribeirão da Zambujeira do Mar”, a “requalificação urbana do núcleo antigo e área consolidada de S. Teotónio”. Também o *Ativo corrente* regista um aumento (1.397.000; 11,72%), assente, sobretudo, no aumento dos valores em *Caixa e depósitos*.

O *Património Líquido* apresenta uma ligeira redução na ordem dos 279.000€ (0,25%), para o qual contribuíram, principalmente, os resultados líquidos negativos obtidos em 2025 e 2024, ainda que amenizados pelas transferências e subsídios de capital resultantes do registo do Fundo de Equilíbrio Financeiro de capital e da verba relativa ao n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 73/2013, bem como, dos diferimentos dos rendimentos referentes a subsídios ao investimento.

Podemos constatar um crescimento substancial do Passivo, relativamente ao ano transato, na ordem dos 7.230.000€ (90,11%). Esse crescimento ocorre ao nível do *Passivo não corrente* (3.520.000€; 495,61%), em função da utilização dos empréstimos mlp contratados para financiar a parte não comparticipada pelos fundos comunitários de obras de grande envergadura, bem como, beneficiações na rede viária municipal. Ocorre, também, ao nível do *Passivo corrente*, que apresenta um aumento na ordem dos 3.710.000€ (50,73%), que se explica pelos valores inscritos em diferimentos, tendo em conta a necessidade de registar adequadamente as transferências obtidas através de financiamento comunitário e nacional de obras que se encontram em curso.

Como é do conhecimento geral, o Município de Odemira tem vindo a assumir competências do Estado em várias matérias, no âmbito dos diplomas de transferências de competências do Estado para as Autarquias Locais. As competências nas áreas da Educação e da Ação Social, em particular, tiveram impactos quer ao nível de património que passou a ficar sob gestão municipal, e aos encargos a ele associados, quer ao nível de transferências de verbas por parte do Estado para que as mesmas pudessem ser exercidas. Não obstante, refira-se que o Município aceitou no decurso de 2019 as competências na área da Saúde, mas que não as exercerá enquanto se mantiver em vigor o Acordo de Gestão entre o Estado e a ULSLA (Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.).

Apesar de não ter sido possível o seu reconhecimento até à presente data, o Município continua a aguardar informação da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. de forma a ser possível reconhecer os valores dos ativos e passivos ao abrigo do acordo de concessão estabelecido com aquela entidade no âmbito do abastecimento de água e saneamento de águas residuais.

5.2 – Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados abaixo apresentada permite constatar os rendimentos e gastos ocorridos, bem como, os resultados obtidos em 31dez2025 e em 31dez2024, e bem assim, a variação percentual entre os anos reportados.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31/12/2024	31/12/2025	Δ
Rendimentos e Gastos			
Impostos, contribuições e taxas	8 960 873,51 €	9 292 586,72 €	3,70%
Vendas	2 107 958,60 €	1 923 622,20 €	-8,74%
Prestações de serviços e concessões	3 313 905,10 €	3 251 354,61 €	-1,89%
Transferências e subsídios correntes obtidos	25 665 318,86 €	27 370 495,14 €	6,64%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-3 436 838,12 €	-3 454 373,42 €	0,51%
Fornecimentos e serviços externos	-10 111 456,51 €	-11 717 073,53 €	15,88%
Gastos com pessoal	-16 384 205,61 €	-17 696 145,95 €	8,01%
Transferências e subsídios concedidos	-9 669 602,63 €	-8 967 206,08 €	-7,26%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00 €	-1 784,85 €	
Outros rendimentos	4 609 325,73 €	5 173 396,65 €	12,24%
Outros gastos	-1 065 002,44 €	-1 833 942,44 €	72,20%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	3 990 276,49 €	3 340 929,05 €	-16,27%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-6 159 891,20 €	-7 071 334,07 €	14,80%
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	-2 169 614,71 €	-3 730 405,02 €	
Juros e rendimentos similares obtidos	48 523,73 €	60 719,43 €	25,13%
Juros e gastos similares suportados	-88 560,89 €	-98 814,18 €	11,58%
Resultado antes de impostos	-2 209 651,87 €	-3 768 499,77 €	
Resultado líquido do período	-2 209 651,87 €	-3 768 499,77 €	

Como se pode verificar, os *resultados antes de depreciações e gastos de financiamento*, apresentam uma diminuição na ordem dos 649.000€ (16,27%) relativamente ao ano anterior, que se explica pelo crescimento ocorrido ao nível dos rendimentos (cerca de 2.354.000€; 5,27%), ter sido insuficiente para fazer face ao crescimento ocorrido nos gastos (3.003.000€; 7,39%).

O aumento mais significativo ao nível dos rendimentos provém das transferências obtidas, em particular do valor arrecadado ao abrigo do artigo 35º, nº5 da Lei 73/2013, e do FEF corrente. Ao nível dos gastos são de realçar os aumentos ao nível dos fornecimentos e serviços externos, e dos gastos com pessoal.

O valor registado, em 2025, nas *depreciações do imobilizado* (cerca de 7.071.000€) levou a um *resultado operacional* negativo na ordem dos 3.730.000, mais negativo em 1.561.000€ do que o registado em 2024.

Os resultados financeiros negativos obtidos (cerca de 38.000€) agravaram o quadro apresentado que se traduziu num *resultado líquido do período* negativo na ordem dos 3.768.000€.

Importa ainda referir que as transferências de capital provenientes do Orçamento do Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro e verba relativa ao n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 73/2013) eram consideradas no anterior normativo contabilístico como *outros rendimentos*. No SNC-AP as transferências de capital apenas devem afetar os resultados do ano se puderem ser justificadamente imputadas a obras realizadas, caso contrário deverão ser registadas diretamente no *Património Líquido*. A não imputação de transferências a resultados distorce a comparação atrás efetuada ao nível dos resultados do ano.

5.3 – Demonstração das Alterações no Património Líquido

As alterações no *Património Líquido* do Município no decurso de 2025, seguidamente apresentadas, refletem a variação nos seus *ativos* e *passivos* durante o período. As alterações encontram-se devidamente explicadas no volume III - *Anexo às Demonstrações Financeiras* - da presente Prestação de Contas relativa a 2025.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	Capital / Património subscrito	Reservas	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total do património Líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	10 908 982,33 €	1 985 053,96 €	52 475 795,36 €	48 038 610,89 €	-2 209 651,87 €	111 198 790,67 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 489 768,78 €	0,00 €	3 489 768,78 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico						0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas						0,00 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						0,00 €
Realização do excedente de revalorização						0,00 €
Excedentes de revalorização e respetivas variações						0,00 €
Transferências e subsídios de capital				3 489 768,78 €		3 489 768,78 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido						0,00 €
Correção de erros materiais						0,00 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					-3 768 499,77 €	-3 768 499,77 €
RESULTADO INTEGRAL					-3 768 499,77 €	-278 730,99 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	0,00 €	0,00 €	-2 209 651,87 €	0,00 €	2 209 651,87 €	0,00 €
Subscrições de capital/património						0,00 €
Entradas para cobertura de perdas						0,00 €
Outras operações			-2 209 651,87 €		2 209 651,87 €	0,00 €
Subscrições de prémios de emissão						0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	10 908 982,33 €	1 985 053,96 €	50 266 143,49 €	51 528 379,67 €	-3 768 499,77 €	110 920 059,68 €
Δ	0,00%	0,00%	-4,21%	7,26%		-0,25%

A variação negativa ocorrida nos *resultados transitados*, na ordem dos 2.210.000€, resulta da distribuição dos *resultados* de 2024.

Registam-se *outras variações no património líquido* na ordem dos 3.490.000€, relativas à contabilização, sobretudo, do Fundo de Equilíbrio Financeiro de capital e da verba de capital relativa ao n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 73/2013, bem como, de financiamentos comunitários.

O *resultado líquido do período* apresentado é mais negativo do que o ocorrido em 2024, fixando-se nos 3.768.000€.

5.4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração de Fluxos de Caixa presta informação acerca dos fluxos de caixa e permite perceber a forma como o Município gerou e utilizou os seus recursos financeiros. O quadro abaixo permite fazer uma comparação dos valores executados em 2025 com os do ano anterior.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	2024	2025	Δ
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	5 211 120,13 €	5 054 678,96 €	-3,00%
Recebimentos de contribuintes	7 996 644,94 €	5 543 105,05 €	-30,68%
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	25 503 986,11 €	23 416 117,84 €	-8,19%
Recebimentos de utentes	1 072 510,35 €	922 664,39 €	-13,97%
Pagamentos a fornecedores	-13 867 740,11 €	-15 997 718,04 €	15,36%
Pagamentos ao pessoal	-16 119 042,93 €	-17 360 279,01 €	7,70%
Pagamentos de transferências e subsídios	-8 259 196,42 €	-8 108 523,05 €	-1,82%
Caixa gerada pelas operações	1 538 282,07 €	-6 529 953,86 €	-524,50%
Outros recebimentos/pagamentos	34 716,27 €	612 150,37 €	1663,30%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	1 572 998,34 €	-5 917 803,49 €	-476,21%
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis	-9 514 408,93 €	-12 662 788,71 €	33,09%
Pagamentos - Ativos intangíveis	-198 864,29 €	-40 439,07 €	-79,66%
Pagamentos - Investimentos financeiros			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis	148 872,08 €	50 901,95 €	-65,81%
Recebimentos - Transferências de capital	6 418 463,59 €	9 338 786,59 €	45,50%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-3 145 937,55 €	-3 313 539,24 €	5,33%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		3 051 540,65 €	
Recebimentos - Outras operações de financiamento	37 255,14 €	58 112,29 €	55,98%
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos	-422 914,95 €	-407 611,27 €	-3,62%
Pagamentos - Juros e gastos similares	-89 570,35 €	-93 197,19 €	4,05%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-475 230,16 €	2 608 844,48 €	-648,96%
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	-2 048 169,37 €	-6 622 498,25 €	223,34%
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	8 014 177,90 €	5 966 008,53 €	-25,56%
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	5 966 008,53 €	6 971 784,80 €	16,86%
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	8 014 177,90 €	5 966 008,53 €	-25,56%
Saldo da gerência anterior (SGA)	8 014 177,90 €	5 966 008,53 €	-25,56%
SGA De execução orçamental	6 701 430,43 €	4 678 442,51 €	-30,19%
SGA De operações de tesouraria	1 312 747,47 €	1 287 566,02 €	-1,92%
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	5 966 008,53 €	6 971 784,80 €	16,86%
Saldo para a gerência seguinte (SGS)	5 966 008,53 €	6 971 784,80 €	16,86%
SGS De execução orçamental	4 678 442,51 €	5 566 677,38 €	18,99%
SGS De operações de tesouraria	1 287 566,02 €	1 405 107,42 €	9,13%

Os valores em caixa e seus equivalentes, no final de 2025, são superiores aos existentes no início do ano, podendo constatar-se um aumento do saldo para a gerência seguinte. De notar que o saldo orçamental da gerência de 2025 foi positivo em cerca 888.000€ (18,99%), tal como o saldo de operações de tesouraria, em cerca de 118.000€ (9,13%), o que demonstra receitas arrecadadas superiores às despesas executadas (tal como se pode verificar no ponto 4.3 do presente Relatório) e entradas de operações de tesouraria superiores às entregas.

5.5 – Contabilidade de Gestão

Conforme referido no ponto 2 do presente Relatório de Gestão, o subsistema de contabilidade de gestão destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados.

Dada a complexidade associada à implementação do novo normativo contabilístico, apenas em 2023 foi possível finalizar a implementação do subsistema de contabilidade de gestão. A Divisão Financeira e de Contratação Pública acompanhou, durante o ano de 2025, os dados carregados no subsistema pelas unidades orgânicas aferindo e analisando os outputs de forma a definir métodos e práticas conducentes à contínua melhoria do mesmo.

O quadro abaixo apresentado permite observar os rendimentos e gastos ocorridos, bem como, os resultados obtidos, em 2025, nas várias funções e subfunções.

Designação	Rendimentos	Gastos	Resultados
FUNÇÕES GERAIS	151 763,70 €	11 181 062,33 €	-11 029 298,63 €
Serviços gerais da administração pública - Administracao geral	110 852,43 €	10 202 766,33 €	-10 091 913,90 €
Segurança e ordem públicas - Proteção civil e luta contra incêndios	40 911,27 €	978 296,00 €	-937 384,73 €
Segurança e ordem públicas - Polícia municipal			0,00 €
FUNÇÕES SOCIAIS	10 330 455,76 €	27 481 780,58 €	-17 151 324,82 €
Educação - Ensino não superior	4 132 580,55 €	4 626 791,35 €	-494 210,80 €
Educação - Serviços auxiliares de ensino	539 707,25 €	3 399 702,54 €	-2 859 995,29 €
Saúde - Serviços individuais de saúde		402 845,33 €	-402 845,33 €
Segurança e ação sociais - Segurança social		316 859,11 €	-316 859,11 €
Segurança e ação sociais - Ação social	384 251,00 €	1 476 173,74 €	-1 091 922,74 €
Habituação e serviços coletivos - Habituação		100 579,19 €	-100 579,19 €
Habituação e serviços coletivos - Ordenamento do território	382 126,94 €	2 040 517,01 €	-1 658 390,07 €
Habituação e serviços coletivos - Saneamento	1 181 129,79 €	2 224 419,16 €	-1 043 289,37 €
Habituação e serviços coletivos - Abastecimento de Água	1 966 363,77 €	3 211 435,94 €	-1 245 072,17 €
Habituação e serviços coletivos - Resíduos sólidos	1 580 934,01 €	3 221 369,57 €	-1 640 435,56 €
Habituação e serviços coletivos - Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	23 686,10 €	888 201,33 €	-864 515,23 €
Serviços culturais, recreativos e religiosos - Cultura	9 840,75 €	3 415 084,34 €	-3 405 243,59 €
Serviços culturais, recreativos e religiosos - Desporto, recreio e lazer	129 835,60 €	2 051 222,78 €	-1 921 387,18 €
Serviços culturais, recreativos e religiosos - Outras atividades cívicas e religiosas		106 579,19 €	-106 579,19 €
FUNÇÕES ECONÓMICAS	12 654 734,30 €	10 330 365,50 €	2 324 368,80 €
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca		465 547,54 €	-465 547,54 €
Indústria e energia	1 536 146,74 €	1 260 455,58 €	275 691,16 €
Transportes e comunicações - Transportes rodoviários	830 298,08 €	5 176 528,21 €	-4 346 230,13 €
Transportes e comunicações - Transportes aéreos		3 504,66 €	-3 504,66 €
Transportes e comunicações - Transportes fluviais		50 811,40 €	-50 811,40 €
Comércio e turismo - Mercados e feiras	20 650,14 €	674 867,66 €	-654 217,52 €
Comércio e turismo - Turismo	10 162,96 €	1 339 586,32 €	-1 329 423,36 €
Outras funções económicas	10 257 476,38 €	1 359 064,13 €	8 898 412,25 €
OUTRAS FUNÇÕES	22 830 857,86 €	743 102,98 €	22 087 754,88 €
Operações da dívida autárquica		164 540,72 €	-164 540,72 €
Transferências entre administrações	22 717 782,52 €	265 579,20 €	22 452 203,32 €
Diversas não especificadas	113 075,34 €	312 983,06 €	-199 907,72 €
TOTAL	45 967 811,62 €	49 736 311,39 €	-3 768 499,77 €

Como se pode verificar, os rendimentos obtidos ao nível das subfunções “Educação” e “Ação Social” revelam-se insuficientes para cobrir os gastos com elas incorridos (3.354.000€ e 1.409.000€, respetivamente), tendo o Município que recorrer aos montantes transferidos via FEF (incluído em “Transferências entre administrações”) e a receitas próprias para exercer as competências delegadas pelo Estado.

Pode-se também verificar que os resultados negativos obtidos ao nível das subfunções “Serviços gerais da administração pública”, “Segurança e ordem públicas”, “Habitação e serviços coletivos”, “Saúde”, “Serviços culturais, recreativos e religiosos”, “Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca”, “Transportes e comunicações” e “Comércio e turismo”, bem como, os resultados positivos obtidos nas subfunções “Outras funções económicas” e “Indústria e energia”.

5.6 – Dívida do Município

O SNC-AP traz alterações à forma de classificação dos passivos. O Passivo corrente (exigível a curto prazo) considera em *outras contas a pagar* valores exetáveis de pagamento no prazo de um ano de *acréscimos de gastos* (onde se incluem, entre outros, *remunerações a liquidar, juros a liquidar e outros gastos financeiros*), bem como, de *credores por subscrições não liberadas*. Além disso, figuram também como dívida em *Estado e outros entes públicos* os descontos sobre vencimentos a entregar no mês seguinte às Finanças e à Segurança Social.

A análise que se segue faz a comparação entre os valores de 2025 e 2024 e tem em conta o facto de as operações de tesouraria e as garantias e cauções prestadas por terceiros não configurarem dívida efetiva do Município, indo de encontro ao conceito de dívida total estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Conforme se pode observar no quadro abaixo, a dívida a pagar a mlp apresenta, no final de 2025, um peso estrutural inferior à dívida a pagar a cp. Em termos absolutos, regista-se um aumento da dívida na ordem dos 3.357.000€ (50,3%).

Endividamento				
Designação	Valor em Dívida em 31/12/2024	Estrutura	Valor em Dívida em 31/12/2025	Estrutura
Dívida a médio e longo prazo a pagar a mlp	710 227,22 €	10,6%	4 230 205,12 €	42,2%
Dívida a médio e longo prazo a pagar a cp	333 000,02 €	5,0%	635 212,89 €	6,3%
Dívida a cp	5 626 591,38 €	84,4%	5 161 756,01 €	51,5%
Total	6 669 818,62 €	100%	10 027 174,02 €	100,00%

O quadro seguinte, apresenta uma pequena redução da dívida a curto prazo (cerca de 163.000€; 2,7%), demonstrando a continuação da boa situação de tesouraria do Município. Efetivamente, o Município mantém um prazo médio de pagamentos inferior a 30 dias não havendo necessidade de recurso a quaisquer operações bancárias (empréstimos) de curto prazo para honrar os seus compromissos com os *fornecedores*, com o *estado e outros entes públicos* e com os *credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos*.

Dívida a cp		
Designação	Valor em Dívida em 31/12/2024	Valor em Dívida em 31/12/2025
Fornecedores	225 240,37 €	100 199,84 €
Fornecedores de investimentos	584 623,64 €	3 805,62 €
Estado e outros entes públicos	402 395,50 €	539 572,40 €
Credores p/trf e subsídios não reembolsáveis concedidos	0,00 €	16 699,37 €
Credores por acréscimos de gastos	4 348 616,96 €	4 444 900,77 €
Credores por subscrições não liberadas (FAM + PÓLIS)	0,00 €	0,00 €
Outras contas a pagar	1 353 280,93 €	1 461 685,43 €
Subtotal	6 914 157,40 €	6 566 863,43 €
Operações de Tesouraria + Garantias e Cauções	-1 287 566,02 €	-1 405 107,42 €
Total	5 626 591,38 €	5 161 756,01 €
Dívida a médio e longo prazo a pagar a cp	333 000,02 €	635 212,89 €
Dívida a cp	5 959 591,40 €	5 796 968,90 €

O quadro infra permite-nos fazer uma análise da situação dos empréstimos contratados a mlp.

Dívida a mlp		
Empréstimo N.º	Valor em Dívida em 31/12/2024	Valor em Dívida em 31/12/2025
BPI - 281126983005	200 404,97 €	101 684,41 €
NB - 0770037258	365 134,68 €	219 080,80 €
BPI - 281126983006	477 687,59 €	389 520,13 €
CCAM - 59076343250	0,00 €	1 178 261,39 €
CCAM - 59076414498	0,00 €	2 976 871,28 €
Dívida a mlp	1 043 227,24 €	4 865 418,01 €
Dívida a médio e longo prazo a pagar a cp	333 000,02 €	635 212,89 €
Dívida a médio e longo prazo a pagar a mlp	710 227,22 €	4 230 205,12 €

Os empréstimos contratados com o BPI e com o Novo Banco já se encontram totalmente utilizados, estando em fase de amortização. A redução verificada nos seus valores em dívida decorre, assim, da amortização dos mesmos de acordo com os contratos estabelecidos com as instituições bancárias.

Em 2024, o Município contratou com a CCAM de S. Teotónio um empréstimo mlp (59076414498) para financiamento de empreitadas comparticipadas por fundos comunitários, no montante de 15.793.000€, que teve a sua primeira utilização no 1.º trimestre de 2025. Contratou também, em 2024, um empréstimo mlp (59076343250) para financiamento de empreitadas a realizar na rede viária municipal, no montante de 3.763.000€, que teve a sua primeira utilização no 2.º trimestre de 2025. Ambos os empréstimos ainda estão em fase de utilização e foram contratados tendo em conta que vão sendo amortizados ainda durante o referido período de utilização.

6 – Indicadores de Gestão

6.1 - Indicadores de natureza orçamental

Indicador	2022	2023	2024	2025
Receita Total Disponível ¹ / Despesas Totais	123,35%	114,79%	109,35%	109,88%
Receitas Próprias ² / Despesas Totais	36,53%	32,99%	32,19%	28,87%
Transf. Financeiras Orç. Estado ³ / Receitas Totais	55,87%	57,72%	55,11%	42,99%
Transf. Financeiras Orç. Estado ³ / Despesas Totais	55,53%	54,64%	52,88%	43,67%
Transf. Financeiras Orç. Estado ³ / Despesas com Pessoal	171,00%	167,88%	163,41%	141,00%
Receita Cobrada ⁴ / Receita Orçamentada ⁴	95,84%	94,21%	87,90%	87,08%
Despesas com Pessoal / Despesas Totais	32,48%	32,55%	32,36%	30,97%
Despesas com Pessoal / Receitas Correntes	36,09%	40,69%	39,00%	40,07%
Despesas de Capital / Despesas com Pessoal	70,89%	73,39%	68,95%	80,54%
Despesas de Capital / Despesas Totais	23,02%	23,89%	22,31%	24,95%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	40,07%	61,26%	58,00%	66,80%
Receitas de Correntes / Despesas Correntes	119,90%	106,77%	107,97%	104,05%
Receita Efetiva / Receita Total	100,00%	100,00%	100,00%	92,57%
Despesa Efetiva / Despesa Total	98,06%	98,81%	99,16%	99,24%
Despesa Primária / Despesa Efetiva	99,98%	99,86%	99,87%	99,87%
Receita Total / Habitantes ⁵	1 146,47 €	1 266,20 €	1 418,30 €	1 689,71 €
Despesa Total / Habitantes ⁵	1 153,43 €	1 337,61 €	1 478,04 €	1 663,48 €
Despesa Investimento / Habitantes ⁵	265,53 €	319,50 €	329,82 €	414,97 €

¹incluindo o saldo da gerência anterior.

²excluem-se do conceito de receitas próprias:

- Transferências do Orçamento do Estado;
- Transferências da União Europeia;
- Outras transferências do setor público administrativo;
- Saldos de gerência anterior;
- Passivos financeiros.

³(FEF c+ FEFk + FSM + IRS + IVA + FFD + n.º3 art.º35.º LEI n.º75/2013).

⁴Os valores referem-se à receita líquida.

⁵considerados 33.866 habitantes (dados INE de 2024).

Analisando os diversos indicadores, continua a constatar-se a forte dependência das finanças municipais das transferências financeiras do Orçamento do Estado.

O indicador de receita cobrada/receita orçamentada dá-nos a perceção da elaboração de orçamentos de receita realistas.

A receita corrente tem conseguido cobrir as despesas do mesmo tipo, permitindo, inclusive, financiar despesas de investimento.

As despesas de pessoal apresentam uma relação adequada relativamente às receitas correntes que as financiam e à totalidade da despesa executada.

O indicador receita efetiva /receita total permite constatar, em 2025, a existência de receita não efetiva, ou seja, de receita proveniente, no caso em concreto, de passivos financeiros.

A relação da despesa efetiva com a despesa total permite-nos inferir um crescimento da primeira ao longo do quadriénio, o que implica uma redução proporcional das despesas com ativos e passivos financeiros. A relação próxima dos 100% com a despesa primária indicia um reduzido pagamento de juros ao longo do quadriénio.

Os três últimos indicadores dão-nos a perceção da execução orçamental por habitante, podendo-se constatar um crescimento ao longo do quadriénio da receita e da despesa (incluindo a de investimento) por habitante.

6.2 - Indicadores de natureza financeira

Os indicadores que a seguir se apresentam têm por finalidade proporcionar uma leitura da situação financeira do município.

	Indicador	31/12/2024	31/12/2025
Liquidez geral	$\frac{\text{(Ativo Corrente) /}}{\text{(Passivo Corrente - Diferimentos cp - OTGC)}}$	2,00	2,30
Liquidez reduzida	$\frac{\text{(Ativo Corrente - Inventários) /}}{\text{(Passivo Corrente - Diferimentos cp - OTGC)}}$	1,87	2,17
Endividamento	$\frac{\text{(Passivo - Diferimentos - OTGC) /}}{\text{(Patrimônio Líquido + Passivo - Diferimentos - OTGC)}}$	0,06	0,08
Estrutura do Endividamento	$\frac{\text{(Passivo Corrente - Diferimentos cp - OTGC) /}}{\text{(Passivo - Diferimentos - OTGC)}}$	0,89	0,58
Solvabilidade	Ativo / Passivo	14,86	8,27
Autonomia Financeira	Patrimônio Líquido / Ativo	0,93	0,88

OTGC - operações de tesouraria, garantias e cauções

Os rácios apresentados demonstram a manutenção de uma boa situação financeira.

Os indicadores de liquidez relativos ao final de 2025 permitem-nos aferir a continuação de uma situação de tesouraria confortável.

Conforme se pode constatar pelos rácios de solvabilidade e de autonomia financeira apresentados, a autarquia continua a deter uma boa solidez financeira. Apesar do aumento registado no Passivo, relativamente a 2024, mantém uma grande capacidade para fazer face aos compromissos assumidos com os seus fornecedores.

Os rácios de endividamento permitem-nos ter a perceção do grau de utilização de capital alheio para financiar a atividade municipal, bem como, o peso das dívidas de curto prazo no endividamento municipal.

7 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

O Município de Odemira reconhece a importância da adoção de estratégias sustentáveis para enfrentar desafios sociais, económicos e ambientais.

O compromisso assumido com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, da qual derivam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, desenhados para definição de prioridades e aspirações a nível global, fomentou o desenvolvimento de um conjunto de ações marcadas por uma consciência global com reflexo num modelo progressivo de desenvolvimento sustentável no território.

No ano de 2025, o Município de Odemira realizou, em matéria de execução orçamental, um trabalho de alocação de contributos dos projetos constantes do seu Plano de Atividades Municipal (PAM), Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Recursos Humanos (RH) para cada um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que se sintetizam no quadro seguinte.

	PAM	PPI	RH	Totais
1 ERRADICAR A POBREZA	203 470,96 €	157 634,04 €	216 746,52 €	577 851,51 €
2 ERRADICAR A FOME	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
3 SAÚDE DE QUALIDADE	491 536,90 €	76 352,41 €	388 018,37 €	955 907,67 €
4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	2 795 633,44 €	540 685,20 €	3 711 214,49 €	7 047 533,13 €
5 IGUALDADE DE GÊNERO	53 864,48 €	0,00 €	184 547,46 €	238 411,94 €
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	3 699 572,04 €	1 899 878,39 €	634 723,76 €	6 234 174,19 €
7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS	1 382 988,29 €	67 469,00 €	302 731,82 €	1 753 189,12 €
8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO	1 141 097,64 €	1 361 464,55 €	2 084 707,12 €	4 587 269,30 €
9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS	826 778,81 €	1 797 956,41 €	528 557,86 €	3 153 293,07 €
10 MELHORAR AS DESIGUALDADES	286 533,75 €	1 675 535,83 €	108 373,26 €	2 070 442,84 €
11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	3 727 665,09 €	4 881 049,79 €	1 753 262,61 €	10 361 977,49 €
12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS	1 023 056,28 €	33 966,15 €	0,00 €	1 057 022,43 €
13 AÇÃO CLIMÁTICA	146 727,60 €	66 589,27 €	280 448,58 €	493 765,45 €
14 PROTEGER A VIDA MARINHA	12 398,18 €	37 417,68 €	0,00 €	49 815,87 €
15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE	10 332,00 €	7 788,57 €	0,00 €	18 120,57 €
16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	5 777 649,85 €	612 053,42 €	6 499 561,48 €	12 889 264,74 €
17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS	3 025 323,33 €	0,00 €	755 602,74 €	3 780 926,08 €
Total	24 604 628,64 €	13 215 840,68 €	17 448 496,06 €	55 268 965,38 €

8 – Factos relevantes verificados após o encerramento do exercício

À data em que as Contas são prestadas persistem os conflitos bélicos entre a Rússia e a Ucrânia, e no Médio Oriente, com um impacto social e económico relevante e com implicações no relato financeiro que podem ser significativas, com efeitos que dependem da realidade de cada entidade. Esta situação continuará a condicionar, por certo, a gestão do Município dada a volatilidade dos preços das matérias-primas, combustíveis e eletricidade.

As Contas do Município relativas a 2025 foram preparadas com base no pressuposto contabilístico da continuidade, que se mantém apropriado.

Não existem eventos subsequentes passíveis de ajustamentos nas demonstrações financeiras reportadas em 31/12/2025.

Odemira, 02 de abril de 2026

9 – Proposta de Aplicação dos Resultados

Tendo em conta o resultado líquido negativo obtido propõe-se que o mesmo seja aplicado em resultados transitados.

O Presidente da Câmara Municipal,

A Presidente da Assembleia Municipal,

Os(As) Vereadores(as),

O(A) 1º(a) Secretário(a),

O(A) 2º(a) Secretário(a)
